



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SOUZA SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 01/09/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 17ª audiência pública do ano de 2017. Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 25 de agosto de 2017.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Audiência Pública para abordar a questão da participação social na Cidade de São Paulo e os reflexos dos decretos 57 792, de 21 de julho de 2017, e 57808 de 26 de julho de 2017, na atuação dos conselhos participativos municipais.

Convidados para a audiência: Sra. Eloisa de Sousa Arruda, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Sr. Milton Flávio, Secretário Municipal de Relações Governamentais; Dr. Pedro Pontual, Presidente Honorário de Educação Popular da América Latina; Sra. Djamila Ribeiro, ex-Secretária Municipal Adjunta de Direitos Humanos; Jorge Abrahão, Coordenador Geral da Rede Nossa São Paulo e do programa Cidades Sustentáveis; Ricardo Borges Martins, Coordenador de Mobilizações da Minha Sampa; Leda Paulani, ex-Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura do Município de São Paulo; Felipe de Paula, ex-Secretário Municipal de Direitos Humanos; Jorge Kayano, Coordenador Executivo do Instituto Polis e Técnico em participação Cidadã e Maria José Scardua, ex-Coordenadora de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

O nobre Vereador Eduardo Suplicy, que na verdade vai presidir essa audiência está vindo da aldeia Guarani no Pico do Jaraguá, e, em breve, deverá chegar. Mas em respeito a todos que chegaram no horário, não vamos atrasar nossa reunião, ainda que alguns debatedores não tenham chegado, mas acredito que estejam a caminho.

Tenho um ofício em mãos do Sr. Milton Flávio, Secretário Municipal de Relações Governamentais, justificando sua ausência.

Convido para compor a mesa o Sr. Jorge Abrahão, da Rede Nossa São Paulo; e a Sra. Maria José Scardua, ex-Coordenadora de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Na medida em que forem chegando os demais debatedores, vamos convidando a tomar assento à mesa. Nossa dinâmica serão as explanações iniciais pelos nossos convidados, em seguida, abriremos a palavra a todos.

Com a palavra a Sra. Maria José Scardua, ex-Coordenadora de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

A SRA. MARIA JOSÉ SCARDUA – Boa noite a todos. É uma honra estar nessa Casa do Povo. Sou do Espírito Santo e fiquei na gestão Haddad na Coordenação de Participação. Coordenei a política na Prefeitura do Município de São Paulo nos anos passados que estivemos. Vou falar um pouco desse PL, vou falar um pouco da história, o que tem nele, quais são os avanços e o que é importante por conta dessas leis, desses decretos, que saíram agora instituindo essas instâncias de participação.

O programa de governo do ex-Prefeito Fernando Haddad tinha um eixo que estabelecia a participação, a transparência e o controle social e, logo no início da gestão, foram excluídas sete metas do Plano de Metas, de 113 a 119. Na gestão Haddad, conseguimos 100% das sete metas, nos quatro anos. Mas, os avanços na área dos direitos humanos, que era a Secretaria onde eu estava e que a participação social estava, além de tudo que conseguimos nas metas - eu vou dizer para vocês cada uma -, o grande avanço que sempre pensamos, que sempre discutimos com os conselheiros era a territorialização. Pensar em uma cidade de 12 milhões de habitantes, maior que a população do meu Estado, Espírito Santo, três vezes. Espírito Santo tem 3 milhões e 900 mil habitantes e São Paulo tem 12 milhões de habitantes e a gente não ter espaços, instâncias, mecanismos, ferramentas de participação social, não teríamos como avançar se não fossemos para o território. Então, a construção dos conselhos participativos e das conferências e dos conselhos nas regiões, nas 32

subprefeituras, a participação direta na localidade, lá mais próximo da casa das pessoas, onde elas usam unidades de saúde, usam o Centro de Referência da Assistência Social, o CRAS, o CREAS, era a importância e a predominância, e foi o que a gente conseguiu avançar com os conselhos participativos.

A amplitude dos direitos humanos e a paridade de gênero resultou de um decreto que foi regulamentado também na gestão, que estabelecia que a partir de 2015 todos os Conselhos e instâncias de participação teriam que ter no mínimo 50% de mulheres.

A candidatura do Conselho Participativo de Migrantes: a gente tinha uma vaga de migrante para cada Conselho Participativo das 32 subprefeituras.

A primeira meta de 113 da gestão anterior era criar mais 8 conselhos. Então, ao longo dos 4 anos, foram então criados os seguintes conselhos: da Cidade, de Transporte, de Desenvolvimento Econômico, de Política para as Mulheres, de Defesa do Consumidor, de Transparência, de Combate à Corrupção e de Comunicação.

Em segundo lugar, criar os 32 Conselhos Participativos. É de grande importância falar mais deles. Vou fazer uma retrospectiva para lembrarmos um pouco da história. No final da gestão do PT da ex-Prefeita Marta, de 2000 a 2004, esta Câmara aprovou a Lei que criava os Conselhos de Representantes. Através de uma ação direta de inconstitucionalidade, na época o Prefeito Serra e seus Secretários impediram que os Conselhos fossem criados e instituídos. Na gestão Haddad, como a lei estava sob ADIn, foi criado por meio de decreto o Conselho Participativo das regiões. Então, ele só tinha possibilidade de ser indicativo, consultivo, não podia ser deliberativo, porque só se cria conselho deliberativo por meio de lei aprovada pelo Legislativo. Foram criados 32 conselhos, tivemos 2 mandatos. O primeiro, de 2013 a 2015; o segundo, de 2015 a 2017.

Em seguida, seguindo a meta 115, foram feitas 44 conferências no período, que são mecanismos de participação direta, a população dizendo onde investir o orçamento. Foram 11 conferências em 2013, 6 em 2014, 23 em 2015 e 4 em 2016. Conseguimos realizar as 44

conferências que estavam no Plano de Metas.

Implantar o Gabinete Digital, como instrumento de transparência e participação social. Foi criado o Portal do Governo Aberto, que era na Secretaria de Relações Governamentais.

Isso tudo que estou falando aqui se tornou Projeto de Lei 393. Isso tudo está incluído num projeto de lei que a gente está discutindo, cujos relatores são os Vereadores Suplicy e Donato, que está presidindo esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Eu não sou o relator, o relator é o Vereador Suplicy.

A SRA. MARIA JOSÉ SCARDUA – Esse PL foi entregue para o nosso ex-Presidente. Na época, fizemos uma atividade lá na Biblioteca Mário de Andrade. O Prefeito Haddad entregou o PL ano passado, em julho do ano passado, para o então Presidente, Vereador Donato.

Toda essa parte digital foi incluída nos *sites* e nas redes da Prefeitura. Depois, foi toda excluída, não temos mais hoje o Governo Aberto. A gente entra lá, até aparece, mas a gente não consegue mais participar de forma ativa.

Fortalecer os Órgãos Colegiados Municipais, com realização de cursos de formação, estrutura *etc.*. Isso foi feito de forma não ideal, do jeito que a gente gostaria, mas foi contemplada a estruturação de pelo menos os Conselhos Participativos e um Conselho em cada uma das 28 Secretarias da gestão passada.

Implantar o Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo e o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento. É importante a gente falar do Ciclo Participativo, porque ele tinha um Conselho, o CPOP, que também foi destituído – está sendo destituído agora, não sei como está, talvez para os próximos dias... Eu estou morando no interior de São Paulo e estava acompanhando, mas não sei se já foi, mas li o decreto que determinava prazo para acabar o CPOP.

Os representantes do Conselho Participativo participavam do Ciclo de Orçamento, indicavam as políticas e depois acompanhavam, com o Conselho, diretamente as obras, as realizações. Além de participar da indicação no Orçamento, - por exemplo, construção de uma unidade nova no segmento da política de saúde -, o conselheiro depois acompanhava a construção da unidade enquanto representante, enquanto participante do CPOP. Então, também é uma coisa que a gente está perdendo, um espaço e um direito, porque a participação direta, além de ser um direito humano fundamental, é a forma de a gente dizer o que a gente quer aos gestores e a todo o grupo Legislativo e Executivo; é a forma de dizer onde é importante investir, onde a gente deve investir o dinheiro público, que a gente paga por meio de impostos e deve ser devolvido à sociedade em direitos sociais.

O PL estrutura toda a forma e todos os espaços. Não quer dizer que é completo; faltaram algumas coisas no projeto de lei. Esse projeto de lei foi feito de forma democrática: por uma proposta de 28 servidores das 28 Secretarias, que estruturaram o projeto, e depois fizemos 8 consultas digitais, 8 reuniões por temas na Cidade e 14 reuniões nas subprefeituras. Nelas, foram incluídas as propostas das pessoas que conseguiram participar. A gente sabe que participar de 14 reuniões é muito difícil para 12 milhões de habitantes, mas foi o que a gente conseguiu fazer pela estrutura e debilidade que possuíamos naquele momento.

Todas as propostas que estavam na legalidade foram incluídas, e esse projeto de lei institucionaliza as instâncias: conselhos, comitês, comissões temporárias; os mecanismos: conferências que os conselheiros realizam, audiências públicas realizadas por Secretários, servidores e demais pessoas e até mesmo pela Câmara Municipal e pelo Prefeito, consultas públicas e diálogos. Enfim, toda forma de participação direta através dos mecanismos. O projeto organiza ainda as ferramentas, que são as praças de atendimento nas subprefeituras, o 156 que havia, as ouvidorias, a controladoria, extinta nesta gestão.

Toda essa estrutura de participação, todos esses espaços têm uma tabela, esse projeto de lei que foi entregue na gestão passada institucionaliza formalmente, legalmente,

juridicamente isso para a cidade de São Paulo. Estabelece a territorialização, todos os espaços e canais; institui a transparência por meio da plataforma digital.

As plataformas digitais, de diálogos constantes... Porque tem as palavras certas para usar. O projeto institui isso tudo e institui um Comitê – que já havia sido criado e também acabou -, o Comitê de Participação Popular, que atua com representantes de todas as Secretarias e deve cuidar de toda a política de participação. Então, cada Secretaria deve fazer um programa nos primeiros 120 dias para os 4 anos de gestão no que tange ao direito humano fundamental à participação social. Regularia: as audiências a serem feitas durante os 4 anos, as consultas e conferências a serem feitas, os Conselhos, se se vai criar mais Conselhos ou se se manterão os Conselhos, qual a estrutura de cada Conselho. Então, o projeto indica que deve haver orçamento. Ele cria o sistema, não tem orçamento, mas diz que deve haver orçamento e institucionaliza toda essa política na Prefeitura.

Então, foi isso o que a gente fez nos 4 anos. É um projeto importante para que a gente possa, sim, exercer a cidadania e, com dignidade, dizer ao Estado onde a gente quer e necessita de política e de orçamento.

Passei 3 minutos do meu tempo e estou à disposição para depois vocês me perguntarem o que quiserem. Muito obrigada pela oportunidade. Boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Maria José. Registro a presença do Vereador José Police Neto nesta audiência pública. Também fazem parte da Mesa o Maurício Xixo, da Rede Nossa São Paulo, e o Pedro Pontual. Daqui a pouco farão uso da palavra.

Vereador Suplicy, que preside esta audiência, por favor. (Palmas) Antes de devolver a presidência ao Vereador Suplicy, tenho um aviso. Todos estão acompanhando, temos um debate grande aqui na Câmara Municipal sobre o Programa de Desestatização que o Prefeito Doria enviou à Casa, que envolve concessões, alienações, vendas de bens do Município de São Paulo. Uma série de entidades se articulou para reivindicar que qualquer

processo de concessão ou venda de patrimônio público seja precedido de um plebiscito. Na medida em que os projetos que estão na Casa, que são três, não conseguiram ser pautados, essas organizações estão propondo um abaixo assinado, uma coleta de assinaturas para que, através da iniciativa popular, a gente consiga pautar a discussão do plebiscito aqui na Casa. Então, está correndo o abaixo assinado. Quem estiver de acordo, por favor, assine. Quem puder levar abaixo-assinados para serem preenchidos nas suas regiões, nos seus locais de trabalho e atuação, por favor, também aqui ao lado temos formulários para ser preenchidos.

O Vereador Police gostaria de fazer uso da palavra? Ele não vai poder ficar muito.

(Pausa)

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade, para me somar ao debate. Eu tenho uma relação muito íntima com a questão dos Conselhos por conta do debate que produzimos, ainda quando o Vereador Donato era Secretário de Governo, na reforma administrativa do Prefeito Haddad. Eu fui o responsável por apresentar a emenda do Conselho Participativo que acabou por ser negociada e aprovada. Parecia-nos, não só naquele momento, mas também hoje, um dos principais avanços da territorialização da gestão; ela ia além das subprefeituras à medida que o Conselho Participativo nascia para os 96 distritos. Aprofundava algo que é fundamental na Cidade, que é o pertencimento dos moradores dos territórios da Cidade em função de algo muito simples: a Cidade tem 1.500 quilômetros quadrados, mais de 12 milhões de habitantes e, portanto, quanto mais a gestão se aproxima dos cidadãos, melhor fica sua relação de poder.

No primeiro ano da gestão Haddad, da mesma forma que brindamos avanços, brindamos retrocessos, de duas ordens. Uma com a participação da sociedade – e não quero apontar responsáveis, senão não olhamos para frente, apenas para trás. Acho que temos um desafio, que é o de resgatar a origem do processo legislativo, que se entregava para o Conselho Participativo um grau deliberativo, dando força aos Conselhos. O que o Executivo, neste momento, aborda é que os Conselhos foram esvaziados e parte desse esvaziamento

pode-se ler como a incapacidade de realização que eles podem estar atravessando. Com a redução da força e do poder, esse esvaziamento poderá acontecer.

O que permear o nosso debate é o resgate da origem do Conselho, que trazia funções deliberativas. Acho importante resgatarmos o debate de 2013, até porque, naquela época, discutiu-se muito no Plano de Metas da gestão anterior os instrumentos de participação da sociedade. Por isso, vale resgatarmos um pouco do debate que esta Casa fez ainda no primeiro semestre de 2013, seguidos da aprovação e da nova legislação e sua regulamentação. Acho que também vale um debate profundo sobre a nova regulamentação dos artigos 34 e 35 e como a Administração atual reconhece a fórmula para essa participação mais ativa. É preciso acrescentar esses elementos ao debate; antes de sentenciar, acrescentar elementos poderosos ao debate.

Lembro que esta Casa ficou devendo, na legislação anterior, alguns instrumentos encaminhados pelo Prefeito Haddad, seja no Conselho de Transparência, seja na eleição direta para subprefeito, atual prefeito regional. Então, é preciso entender que o administrador central reconheceu sua própria incapacidade de gerir a Cidade com os modelos que estavam impostos a ele, sempre pouco presente o administrador central ceder ou partilhar poder. Quando o Prefeito Haddad mandou a esta Casa um projeto em que divide o poder com a sociedade, à medida que ele não mais seria o responsável pela indicação dos subprefeitos, ele estava reconhecendo uma incapacidade do gestor central de realizar sozinho essa tarefa; é reconhecer também que a sociedade tem parte da responsabilidade nessa seleção.

Esse projeto, no entanto, não avançou nesta Casa, teve grandes dificuldades de ser encaminhado. Como eu tinha um projeto de lei que era consequência, inclusive anterior ao projeto do Prefeito de eleição para os subprefeitos, logo depois de criar os Conselhos Participativos, apresentamos um projeto de lei que versava sobre o oferecimento de uma lista tríplice: a sociedade participaria de um processo eleitoral em que três nomes seriam encaminhados ao Prefeito – os três primeiros daqueles que poderiam ser candidatos –,

exatamente para vincular a escolha do Prefeito a três nomes escolhidos pela sociedade. Mas também o meu projeto não avançou.

Acho que deve fazer parte da nossa reflexão a capacidade que o Parlamento tem tido também de partilhar o seu poder com a sociedade. Neste momento, acho que importa fazer as reflexões de cada um que detém algum grau de poder e como ele pretende ou não compartilhar esse poder decisório com a sociedade, seja por eleição direta para subprefeito, seja para fortalecimento de Conselhos Participativos. É chegado o momento de fazermos essa reflexão para vermos quem está do lado de uma sociedade que mais participa e mais decide e quem quer continuar com uma centralização de poder e, portanto, com a mesma receita que nos trouxe até aqui, cujo resultado sabemos qual é. Se é a mesma receita, é o mesmo bolo; se é o mesmo bolo, é a mesma fórmula que nos trouxe até aqui.

Acho, então, que temos uma profunda reflexão a fazer sobre a nossa análise e também sobre a contribuição da sociedade.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) –Obrigado, nobre Vereador Police Neto. Passo a palavra agora para quem vai presidir de fato esta audiência pública, Vereador Suplicy.

- Assume a presidência o Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caro Vereador Police Neto, antes de V.Exa. sair, tenho uma sugestão.

Agradeço ao nobre Vereador Donato, Líder do Partido dos Trabalhadores por ter assumido a presidência dos trabalhos enquanto eu tentava chegar até aqui vindo da Aldeia Indígena Guarani, no Jaraguá. Aproveito para pedir desculpas à querida Maria José Scardua, que foi minha coordenadora das ações participativas da Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e eu tenho que ver como eu vou recuperar sua fala, que faço questão de considerar também.

Convido para participar da Mesa o Sr. Jorge Kayano, do Instituto Pólis.

Quero agradecer muito à equipe do Vereador Antonio Donato, especialmente a Cida Perez, que está nos ajudando juntamente com a Flávia, a Joyce, o Leandro e o Juliano, que são da minha equipe, a coordenar os passos.

Caro Vereador Police Neto, vou passar às suas mãos uma proposta de projeto de resolução que visa a criar a Frente Parlamentar de Participação Social, uma das iniciativas que estamos considerando. Eu e o Vereador Donato já assinamos; se V.Exa. avaliar que é uma boa ideia, também poderá ser coautor. Era isso que eu queria lhe pedir.

Agradeço muito a todos a presença. Vejo que há um interesse enorme em ampliar a Participação social, especialmente, para ajudar a nós, representantes do povo, decidirmos a respeito do que será feito nesta Cidade.

Não sei se o Vereador Donato já lhes falou a respeito de uma forma de participação social prevista na Constituição Brasileira que é o plebiscito para decisões de grande importância para uma comunidade ou um Município.

Então, muito obrigado, o Vereador José Police Neto já assinou para criar a Frente Parlamentar de Participação Social, e, daqui a pouco, falaremos a respeito.

Há três projetos na Casa da Vereadora Patrícia Bezerra, Vereador Alfredinho, da Vereadora Sâmia Bomfim, os três com o objetivo de se realizar um plebiscito para cada um dos equipamentos ou instituições que poderão ser, eventualmente, objeto de desestatização ou de concessões ou privatização propriamente.

Nesta semana, a Câmara Municipal, na terça-feira, decidiu aprovar o projeto do Prefeito João Doria de concessão do Pacaembu.

Há uma série de questões que precisariam ser muito melhor delineadas. Aliás, o Vereador José Police Neto fez um pronunciamento dizendo o quanto precisaria antes de se tomar a decisão saber muito melhor, mas todos nós tivemos no Pacaembu um lugar de grande importância na nossa vida. Para mim, desde menino e adolescente, para um paulista como o Vereador Donato, Ademir da Guia *versus* Pelé já imaginou as grandes partidas que nós

disputávamos, eu vi a Maria Esther Bueno jogando tênis, no ginásio; eu vi grandes jogos de voleibol e de basquete; os melhores pugilistas brasileiros como Eder Jofre, Paulo de Jesus, Milton Rosa, Abrão de Souza e outros lutarem; vi tantas competições de natação.

Na semana passada, com alguns Vereadores, eu visitei o Estádio do Pacaembu que agora tem o Museu do Futebol.

Mas, enfim, uma decisão sobre fazer a concessão para uma empresa para fazer o quê? Será que vai colocar um shopping center onde é a piscina ou um hotel? O que vai ser feito?

Nós avaliamos que será importante para cada uma dessas concessões ou privatizações, seja de Interlagos ou dos parques e assim por diante, que haja o plebiscito para que a população possa dizer para cada caso importante se quer ou não.

Já está passando, portanto, o formulário daqueles que querem assinar essa proposta. Se conseguirmos 177 mil assinaturas, correspondente a 2% dos 8 milhões e tantos mil eleitores, então, teremos a iniciativa de plebiscito para ser apreciada aqui. Porque os líderes da base de governo, em que pese os pedidos do Vereador Donato e de outros Vereadores para que colocassem na pauta, não o quiseram.

Se essa proposta alcançar os 177 mil, conseguiremos.

Eu gosto muito do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, que diz no seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, que desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos e, sobretudo, ele defende que isso será alcançado na medida que tivermos muito maior grau, aperfeiçoamento dos processos democráticos.

Então, acho que, se quisermos, de fato, promover a justiça, um desenvolvimento para todos brasileiros e brasileiras, paulistanos e paulistanas, é importante alimentarmos o grau de participação de todos, eis porque esse tema da participação social é muito significativo.

São muitas as oportunidades de aperfeiçoar a democracia. Nós, por exemplo, do Partido dos Trabalhadores, fomos pioneiros em Porto Alegre com Olívio Dutra e, depois, Tarso

Genro e os demais que vieram, com Celso Daniel em Porto Alegre, a Marta Suplicy e Luiza Erundina aqui em São Paulo, o João Paulo em Recife, em tantas cidades, e a prática do orçamento participativo repercutiu internacionalmente, tantos Municípios vieram a estudar aqui sobre como fazer o orçamento participativo.

Vocês sabem que, durante o Governo Fernando Haddad, ele procurou ampliar as diversas formas participação, inclusive, com a criação de Conselhos Participativos em todas as Prefeituras Regionais de São Paulo, com inovações que todos nós sabemos o número de tão grande de imigrantes em São Paulo, portanto, em todos os bairros, em cada uma dessas regiões foi assegurado que os migrantes e imigrantes que residem em São Paulo podem eleger um representante pelo menos. Então, esse foi um passo muito significativo.

E nós tivemos audiências com mais de três mil pessoas para discutir o Programa de Metas. Houve 9.489 contribuições nas audiências, mas acontece que fomos surpreendidos pelo Decreto 57.829 de 2017 do Prefeito João Dória, que modifica os Conselhos Participativos de cada uma das 32 regiões da Cidade, e, muito embora o Secretário Paulo tenha declarado em entrevista à CBN, no dia 1º de agosto, que os Conselhos Participativos não seriam cortados, de fato o decreto efetivamente traz uma perda de representatividade dos conselhos, na medida em que reduz de 1.170 para 569, um número de conselheiros participativos. Se antes cada Conselho representava 10 mil cidadãos paulistanos, hoje passará a representar 30 mil cidadãos, reduzindo a representatividade do Conselho.

Ora, esta iniciativa se distancia de ações ao redor do mundo que cada vez mais tem promovido a democracia participativa. Ou então o caminho de fortalecimento destes conselhos e demais canais de participação estão assim sofrendo um retrocesso. E este caminho de progressão estava expresso no projeto de lei 393, de 2016, de autoria do Prefeito Fernando Haddad, que dispõe sobre a institucionalização, consolidação e organização da política municipal de participação social. Cria o sistema de participação social numa iniciativa para fortalecer a participação social como mecanismo que viabilize, facilite a participação da

sociedade nas decisões e gestão local de políticas públicas.

Então é importante que venhamos a fortalecer, inclusive, o Conselho da Cidade, o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo, que tiveram uma prática tão positiva ao influenciar as decisões do Prefeito. Assim como os conselhos temáticos de políticas para as mulheres, igualdade racial, defesa do consumidor, do comitê, da população em situação de rua.

Aliás, o chamado Comitê Pop Rua ainda continua a funcionar, mas houve uma preocupação muito grande nessas últimas semanas, porque ele que estava na Secretaria de Direitos Humanos está passando para a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social. E os próprios membros do Comitê Pop Rua não avaliaram como positiva esta decisão.

Então esses métodos de maior participação são muito relevantes. Eu quero até lembrar aqui, há um livro de 1978, do Roberto Mangabeira Unger e Edmar Bacha, denominado Participação, Salário e Voto, onde são propostas as melhores formas de aperfeiçoar a democracia no Brasil, inclusive, propunham a realização da reforma agrária, a instituição da garantia de uma renda mínima em dinheiro. E propunham a construção da democracia no Brasil culminando no estabelecimento de um Estado Democrático e toda a democratização das nossas instituições sociais básicas, que torna possível dar segurança e profundidade no exercício da cidadania.

Queria só dizer essas palavras como introdução, mas vamos continuar a ouvir o próximo, por favor, Vereador Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Queria sugerir a seguinte dinâmica. Temos quatro expositores para falar. Vou propor que dois falem agora e abrimos uma rodada do público. Depois os outros dois falam e abrimos outra rodada do público, para termos um intercâmbio maior.

Então, Sr. Jorge Abrahão, para suas considerações.

O SR. JORGE ABRAHÃO – Boa noite a todas e todos, aqui dizer que é um prazer

e uma honra estar aqui presentes neste encontro na Câmara de Vereadores. Boa noite, Vereadores Suplicy, Donato, Police Neto, Maria José, Pedro, Xixo e Kayano.

Quero começar dizendo que é nas cidades onde temos nos encontrado. A cidade é um lugar de encontros. É um lugar de busca de conhecimento. A cidade é um lugar que nos põe com a cultura, perto da cultura e da arte. A cidade tem aspectos muito interessantes, não é por outro motivo que é na cidade que temos oportunidades maiores hoje em dia. Não é por outro motivo que é nas cidades que temos 85% da população, no Brasil. E o mundo todo cada vez mais se concentra nas cidades. Já passou de 50% a população do mundo que está nas cidades.

Mas também são as cidades que mais impactam, hoje em dia, o planeta de uma forma geral e onde vivemos mais acirradamente os nossos problemas. É nas cidades onde temos o maior grau de emissões nas questões ambientais, 60% das emissões estão dentro das cidades. É nas cidades onde nos deparamos com os maiores problemas sociais, as questões de desigualdade, de pobreza. É nas cidades onde vivenciamos claramente as questões de violência, de segurança.

Portanto, temos cada vez mais problemas bastante complexos para resolver nas cidades. E cada vez mais percebemos que os modelos de governo centralizadores, que de alguma forma não têm diálogo e escuta, que foi a grande maioria dos governos estabelecidos nas cidades de uma forma geral. Esses governos não conseguiram resolver esses que são problemas primários da sociedade.

Para a solução desses problemas que são bastante complexos, integrados, é fundamental que se pense num novo modo de Governo. E um novo modelo de governança tem a ver com participação. A participação é fundamental, a escuta, o diálogo, os processos de construção em conjunto. Esse é um grande desafio que temos para poder enfrentar essa complexidade de problemas que vivemos hoje em dia.

A Rede Nossa São Paulo, só para mostrar um dado e acho que alguns de vocês

devem ter conhecimento, mas a Rede Nossa São Paulo tem indicadores da Cidade toda e em vários temas, em 12 grandes eixos. E nesses indicadores acabamos fazendo o mapa da desigualdade que compara diferentes distritos da Cidade. E comparamos alguns dados e dois desses dados mostram a dimensão do problema que temos.

Por exemplo, a desigualdade na Cidade em relação a jovens adolescentes grávidas: 0,1% das adolescentes estão grávidas no Jardim Paulistano, um distrito rico da cidade de São Paulo, e 20% das jovens adolescentes estão grávidas em Perus, um distrito pobre de São Paulo. Isso denota uma desigualdade enorme entre dois pontos de uma mesma Cidade. Por que isso acontece?

Outro dado é a idade média de morte. Em Alto de Pinheiros, um bairro rico, é de 80 anos. E em Cidade Tiradentes, um bairro periférico é de 54 anos. Uma diferença de vida de 26 anos entre as pessoas que vivem num lugar e noutro, idade de morte, que denota também uma desigualdade fundamental e provavelmente seja uma desigualdade de renda, mas é uma desigualdade cumulativa de renda, mas é de acesso à saúde, à Educação, saneamento. Desigualdade em segurança, mobilidade.

E cada vez mais temos de enfrentar esse tipo de problema. E a participação nesse sentido é fundamental para nos aproximarmos, para construir propostas a essas questões que geram indignação numa Cidade, a mais rica do país, e que se mostra incapaz de resolver problemas que são primários. A participação é algo chave para que se consiga avançar nesse novo modo de governar.

Quando observamos outras cidades percebemos que São Paulo chega a ser referência nesses processos que foram construídos pela sociedade em relação com o Legislativo, com os governos, num processo de participação que poucas cidades no Brasil têm. Então se construiu um processo de participação muito importante.

Através da participação se construiu um plano diretor que foi premiado na ONU. E é de alguma maneira referência para as cidades no mundo inteiro. Então de alguma foram a

Cidade vinha se constituindo como uma cidade que estava avançando. Longe da perfeição, mas avançando nesses processos.

Hoje estamos nos deparando - e talvez temos refletido um pouco sobre isso - com a questão de uma visão de cidade. Que visão de cidade a Prefeitura, o Prefeito Doria tem, e como isso se coloca para a nossa sociedade, como é que de alguma forma enfrentamos e debatemos essas questões. Mas uma visão de cidade que é um espaço mais para negócios do que para a população? Um espaço mais de interesse privado do que interesse público? É um pouco o que vivemos no nosso país de uma forma geral.

Quer dizer, estamos desnudando muita coisa no Brasil hoje, mas vemos muito a promiscuidade do público e do privado e os riscos que podemos eventualmente correr. É uma questão de visão, para quem se governa numa cidade? Onde se colocam os recursos? O orçamento é dirigido para onde? É aí que conseguimos de alguma forma avançar.

Para responder essa questão das desigualdades, ou para melhorar ainda mais esse processo de desigualdade a Rede, essa identificação, eu dei dois dados para vocês, mas estamos lutando muito com a Prefeitura. Em diálogo com a Prefeitura, com o Tribunal de Contas para conseguirmos chegar ao orçamento regionalizado de São Paulo. Não sabemos quanto de recurso vai para cada distrito em São Paulo. E se soubermos isso podemos identificar muitas dessas questões da desigualdade.

Então se soubermos o orçamento per capita em cada distrito será um grande avanço para que se consiga fazer com que os recursos da Cidade sejam dirigidos para os locais mais desiguais. Essa é uma bandeira importante para a Cidade avançar no combate à desigualdade.

Mas eu falava dessa visão de cidade e vou encaminhando para outra questão. Essa visão de cidade está nos trazendo uma série de retrocessos. O Vereador Police Neto falou de algumas questões nessa direção. E são retrocessos, sobretudo, nesses espaços de participação. Tivemos de alguma forma o encerramento do CPOP, o Conselho de

Planejamento e Orçamento Participativos. Tivemos agora essa recente redução do número de conselheiros participativos, o denota um viés que é preocupante no sentido de reduzir a participação na Cidade de uma forma geral. Embora, a gente perceba na mesma cidade de São Paulo um desejo de participação da sociedade muito grande. Quando o Prefeito Haddad estava no poder e fez as audiências públicas houve dez mil propostas da sociedade para que o plano de metas do Prefeito fosse complementado. No Prefeito Doria, quando fez as 32 audiências públicas, a sociedade contribuiu com mais de 23 mil propostas, mais do que o dobro das propostas, mas o que a gente percebe em cada ponto de participação é que a sociedade quer participar, que a sociedade desejaria participar e por isso essa abertura de canais e esse fechamento de canais pela Prefeitura vai contra na verdade a um desejo que notamos em cada espaço que se abre para a participação.

Essa participação também chamou a atenção, essa redução do número de conselheiros, tem uma questão importante que deveríamos olhar que é a questão da anualidade. Não podemos fazer mudanças em legislações ou em processos com menos de um ano. Vamos ter uma nova eleição em dezembro dos conselheiros participativos. É só observar o que acontece hoje na proposta de reforma política no governo federal, existe um prazo para ser colocada, e se ela não for colocada nesse prazo, ela não vale para a eleição seguinte.

Então, da mesma maneira deveríamos olhar com cuidado isso porque não está sendo respeitada essa questão da anualidade.

E vou encaminhando para o final. Eu queria dizer que além de ir contra a questão do desejo da participação, isso está indo contra os governos ou as tendências de maior vanguarda no mundo. O Banco Mundial em recente relatório que emitiu, e o Banco Mundial está em centenas de países no mundo, ele foi categórico, ele disse: as políticas públicas têm muito mais chance de avançar se houver a participação da sociedade. Da mesma maneira o governo de São Paulo tem um compromisso com o governo aberto. Isso é na verdade uma relação com vários governos internacionais. E nesse compromisso com o governo aberto está

a ampliação da participação da sociedade de uma forma geral.

O próprio Prefeito Doria na sua campanha garantiu que ampliaria os processos de participação dentro da Cidade de uma forma geral. E cidades como Paris, Londres, Buenos Aires são cidades que têm avançado fortemente na participação e isso tem dado resultados bastante importantes.

Eu finalizo dizendo o seguinte: a Rede Nossa São Paulo trabalha e trabalhará muito em parceria com várias entidades da sociedade civil no sentido de já termos pedido a revogação do decreto que reduz o número de conselheiros como o Vereador Suplicy colocou, de 1.170 para 579. (Palmas) E vamos continuar lutando por essa revogação.

E mais uma segunda questão. Nós também estamos comprometidos em avançar numa campanha pela aprovação do PL 393, que trata dessa questão também levantada pelo Vereador Suplicy de um sistema municipal de participação. Se conseguirmos efetivamente avançar nessa questão do sistema, ficará muito difícil para qualquer governo alterar um processo em que existe um sistema, que tem um sentido entre os conselhos, uma relação entre conselhos e a Cidade de alguma forma se desenvolva, consultando a população, que é na verdade a maneira mais próxima e importante de resolvermos a magnitude de problemas que temos na nossa cidade. É isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado, Jorge. Com a palavra, Maurício Xixo.

O SR. MAURÍCIO XIXO – Boa noite a todos, gostaria de agradecer o convite para estar nesta Mesa, cumprimento o Vereador que sempre será o Senador de São Paulo, Eduardo Suplicy, Vereador Antonio Donato, Vereador Police Neto, a Maria José, o Jorge Kayano, o Pedro Pontual, Jorge Abrahão, todos vocês que estão aqui numa sexta-feira à noite, para desafiar exatamente essa questão que se coloca que a população não quer participar das coisas.

Então, esse auditório cheio, acho que é o primeiro reflexo e isso é uma falácia que

é vendida para dizer que as pessoas não querem participar, e quando elas depositam o voto na urna para eleger seus representantes, elas estão dando um cheque em branco para se resolver qualquer coisa.

Bem, eu tenho um mantra que muitas pessoas aqui já me viram falar, e eu vou repetir isso até os fins dos dias, até que isso entre na cabeça de todo cidadão brasileiro, que é repetir o parágrafo único, do primeiro artigo da Constituição, que diz: “todo poder emana do povo que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente.” Diretamente diz respeito à participação direta. Estamos no século XXI, como disse muito bem o Jorge Abrahão, é inimaginável pensarmos que uma cidade do tamanho de São Paulo, ela possa ter uma governança tão centralizada como esta. Se pegarmos esta semana que saiu o dado do IBGE, a cidade de São Paulo com 12 milhões 600 mil, o número de um país, e se dividirmos 12 milhões e 100, para arredondar a conta por 55 vereadores, o Police Neto, o Antonio Donato e o Suplicy representam 220 mil cidadãos paulistanos. O Suplicy um pouco mais. (risos)

O que quero chamar atenção com isso? A Câmara Municipal nunca vai sair de ser a pior instituição avaliada no Irbem em São Paulo, porque 220 mil é impossível ter uma boa representação. Então, precisamos criar mecanismos de governanças e estamos falando em uma política de Estado. Qual a diferença da política de Estado e a de Governo? A política de Estado é um acordo, como diz o primeiro parágrafo, do artigo da Constituição, está posto lá, a política é essa de Estado. Então, não dá para cairmos, entrou um governo novo, e agora eu não quero participação, não agora não quero. Parece uma criança mimada, um governo que parece uma criança. Temos de ter na cabeça que isso é participação, é política de Estado. Não dá para abrir mão disso, temos de lutar por isso.

Gostaria de chamar a atenção que a participação diz respeito assim: se o meu pai chegar para mim e disser: “vendi o seu carro.” Eu vou falar: “pai, você vendeu o meu carro?” Ele vai dizer: “eu vendi o seu carro, eu estava precisando de dinheiro e vendi o seu carro.” Isso é um absurdo porque apesar de ser o meu pai, com relação próxima, quem sabe está

precisando de dinheiro, vou abrir mão. O que se vende de cada cidadão paulistano sem perguntar para ele se quer vender ou não? Não quero nem discutir se é bom ou não privatizar, mas quero só discutir com vocês e lembrar que não dá para vender as coisas sem perguntar para os donos. E os donos somos nós, cidadãos. (Palmas)

Então, queremos plebiscito já para todas essas coisas. Eu escutei numa audiência pública há uma semana, um secretário dizendo: “essa resolução já se deu nas urnas.” Não senhor, Sr. Secretário, nós não demos cheque em branco para vender tudo sem perguntar para nós. Não é possível, fico indignado.

Outra coisa, quem vende a casa para comprar o jantar ou almoço? Parece que o Pacaembu é o grande problema da cidade de São Paulo. É isso? O Pacaembu é a solução da cidade de São Paulo. É um lugar, um espaço lindo, eu, palmeirense, como o Donato, ou santista como Eduardo Suplicy, participamos com jogos e a população precisa decidir o que quer fazer com aquilo. Será que é tão custoso assim mesmo, porque espaços de lazer, cultura e esportes custam muito caro? É a mesma ideia que temos para dizer que a democracia é cara. Então, não pode fazer plebiscito porque custa caro? Gastamos dinheiro para pagar juros da dívida que é a bolsa família dos ricos no Brasil.

Então, queria concluir dizendo que não dá para diminuir o número de conselheiros participativos. (Palmas)

O que precisamos é que a Prefeitura revogue esse decreto e chame uma conferência com todos os conselhos participativos que foram reeleitos e que estão na gestão atual, e os outros que já saíram, para debater, para aperfeiçoar o sistema. Essa é uma luta, quem é conselheiro participativo aqui tem de levar para seu conselho esse debate. Nós queremos uma conferência, porque na participação existem duas pernas, uma são os conselhos, outra são conferências. Se fica com uma perna só, não anda direito. Então, precisa da conferência para dizer se tem muito, se tem pouco, tem evasão. Nós lutamos na Rede Nossa São Paulo, no grupo de trabalho democracia participativa por dez anos, por algumas

gestões para instituir o conselho participativo. A instituição do conselho participativo foi uma luta da sociedade civil enorme na Cidade. A gente foi teimoso, persistente para conseguir isso. A gente sabe que quem chega no Executivo, independente da cor partidária, tende a concentrar o poder. Então, temos de criar essa cultura de participação de fato.

Meus amigos, para concluir, para não ocupar muito tempo, para poderem dialogar, eu só gostaria de registrar isso. Quando foi feito o decreto criando essa proporcionalidade de um para cada dez mil, quem puxou toda essa história foi o Jorge Kayano, isso foram estudos, não foi uma canetada, diminuir 1 para 30 mil, ou 1 para 220 mil, ficamos sem governança, sem participação e sendo governados de cima para baixo.

Então, é isso amigos, revogação do decreto já e plebiscito já. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Temos 20 inscritos, então vou fazer rodada de dez agora, depois ouviremos mais dois membros da Mesa e depois os outros dez...
Tem a palavra, o Sr. Leo Coutinho, do Conselho Participativo de Pinheiros e depois Alex Silva.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Queria dizer ao Xixo que você falou muito fortemente sobre a mantra e que a sua vó chegou no Palácio do Planalto e acho que o Temer vai perceber que precisa haver um Presidente eleito diretamente quem sabe ele o escute e dentro de alguns dias renuncie para que logo em outubro próximo tenhamos eleição direta para Presidente.

O SR. LEO COUTINHO – Boa noite. Cumprimento a todos na figura do sempre Senador Suplicy, mas que invejo especialmente pelo posto de Vereador, justamente, por essa proximidade que o Vereador tem com a população que às vezes o Senador não tem. Uma saudação especial para o Police Neto, que tem responsabilidade fundamental na criação dos Conselhos aqui na cidade de São Paulo.

Vou ler rapidamente umas linhas de um artigo que encontrei.

Comunidade, participação e descentralização. Esse é o triângulo que forma a base de uma moderna gestão municipal em nosso País, principalmente, em metrópoles com grande

população e vasto território. Seria essa uma abordagem inovadora, revolucionária? Não, basta lembrar o ex-governador Franco Montoro, um dos principais precursores e defensores do municipalismo no Brasil, com a recorrente pregação sobre as vantagens da administração descentralizada. Montoro dizia “Ninguém mora no estado, ou na União, as pessoas moram nas cidades, onde ocorre todo o processo político, logo, tudo o que for administrado em menor escala será mais bem administrado.” A descentralização foi um dos eixos do seu bem-sucedido governo no estado de São Paulo, tendo como suporte conselhos por área de administração aí o pioneirismo citado pelo Senador Suplicy, é importante a gente lembrar o Montoro na criação dos Conselhos, como da infraestrutura econômica-social.

Esses são os primeiros artigos do dia 28/09/2015, portanto, há dois anos, assinado pelo pré-candidato João Doria, atual Prefeito de São Paulo. Eu participei da campanha do João Doria, pedimos votos para o João Doria pedindo participação e descentralização e agora eu vejo esvaziamento dos conselhos, a centralização do poder, ser pop acabando Cades, esvaziado, diminuição dos conselhos participativos nas prefeituras regionais e me sinto decepcionado.

Quando o país procura avançar, a gente vê esse trato feito com a sociedade na urna tem de ser cumprido depois da eleição porque não costuma dar certo como a gente vê no Plano Nacional. Para encerrar, vocês sugeriram que a gente fizesse o debate nas prefeituras regionais, a gente fez na de Pinheiros, foi citado o compromisso com a OGP, parceria pelo Governo aberto, que está no Plano de Metas da Prefeitura, que é a meta 49, e o primeiro artigo do acordo que a Prefeitura de São Paulo, que é única Cidade que tem o privilégio de participar do Governo aberto, que dá imenso prestígio para a Cidade, principalmente, agora nesse projeto que a gestão atual tem de trazer investimentos estrangeiros para São Paulo, uma parceria com uma ONG como o Governo Aberto é de fundamental importância para a gente cumprir a meta e a número um que a OGP impõe ou sugere a São Paulo é aumentar o poder de intervenção dos Conselhos Participativos Municipais em suas respectivas prefeituras

regionais, criando sessões abertas deliberativas para acolher as propostas e demandas dos munícipes. Ou seja, ou a gente cumpre ou como é que a gente vai vender São Paulo e apresentar São Paulo para os investimentos estrangeiros e para o desenvolvimento econômico e social da Cidade? Esse é meu ponto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Alex Paulo.

O SR. ALEX PAULO – Boa noite a todos. Acho de extrema importância esse evento que está acontecendo aqui hoje. As falas com extrema propriedade. Essa não é a primeira e também não será a última audiência pública de que participo, mas particularmente, falando pela minha realidade que sou Secretário Geral do Conselho Participativo de Itaquera, entendo ser insuficiente e vou até exemplificar o motivo pelo qual. Nas audiências públicas que tivemos lá no bairro, referente ao Plano de Metas, o que mais foi citado e foi enfatizado, foi basicamente em relação ao hospital Valdomiro de Paula, que é o hospital Planalto, o único hospital público do bairro e sobre as enchentes do centro de Itaquera, que já acontece há anos e o bairro sofre. Nós fomos contemplados com wi-fi e ruas de lazer.

O que eu quero dizer com isso? Infelizmente, esse modelo na minha concepção, talvez seja artificial porque de uma maneira geral o Executivo, ou o Legislativo, fala, apresenta alguma proposta, a sociedade civil representada pelo Conselho e ele representa o bairro porque ali é que vivemos, convivemos, trabalhamos ou não, mas as nossas raízes estão ali, então, nós podemos falar com propriedade do bairro. A sociedade escuta, às vezes, tem a oportunidade de falar, mas fica por isso mesmo, então, o que eu gostaria que paríssemos para algo mais prático. Precisamos que seja efetivado aquilo que pleiteamos, da maneira que está não dá. Precisamos nos unir independente de termos ou não conselho, da quantidade de conselheiros e acho que, enquanto sociedade civil, precisamos fazer a coisa acontecer porque não dá mais para continuar mais como está. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Boa noite a todos. O que eu tenho para falar não é

muito bom. Sou do Conselho Municipal de Assistência Social, defendo uma classe, aqui da assistência social, que é a mais vulnerável, que é a população em situação de rua, como o Suplicy acabou de falar, sobre a questão do Comitê Pop Rua, de ir para a Secretaria e isso não é bom.

Inclusive, vamos ter uma reunião terça-feira para lançar o Fórum dos usuários do SUAS, aqui nesta Casa. E fico muito preocupado porque esse governo é antidemocrático, não respeita o cidadão, essa é a realidade. A gente viu as ações que tivemos na cracolândia e a forma que trataram a população de rua.

Tive a oportunidade de falar com o Fernando Haddad e coloquei umas questões para ele sobre a cracolândia, que deveríamos fazer um trabalho de saúde, ou internação para poder fazer um trabalho correto com a população de rua ali na cracolândia e aí João Doria pegou um trator, com pessoas dentro. É considerado um assassino pela população de rua. Esse decreto temos de revogar já. E quero pedir para esta Casa, para os Vereadores presentes, a revogação desse decreto, já. Não podemos admitir um governo antidemocrático para poder não ter a participação popular do povo na participação dos conselhos.

Para você ter uma ideia, o Conselho Municipal da Assistência Social só recebeu o Secretário na sexta-feira, agora, depois que ele assumiu. S.Exa. não tinha ido no Conselho, fez o decreto 41 para poder demitir não sei quantos funcionários da Assistência Social, sucatear o serviço da assistência básica e não consultou o Conselho. Peço a todos: vamos pedir a revogação do decreto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Marcos Vinícios.

O SR. MARCOS VINÍCIOS – Boa noite a todos. Primeiramente, me dirijo a Mesa e o pedido principal é de revogação em relação ao decreto que faz esse corte absurdo nos Conselhos Participativos. Estou aqui com os meus alunos do Curso de relações públicas da Fecap e na disciplina que discutimos sobre relações públicas com o Governo, a gente fala bastante sobre essa questão de participação, do quanto é importante para a Cidade, para o

Governo, a melhoria dos serviços públicos na nossa cidade ter a participação popular efetiva, então, acredito que não posso perder a oportunidade nesse momento de fala, não só me dirigir a eles, mas à Mesa pedindo atenção a isso. Estamos com jovens aqui, uma cidade que está exigindo participação popular, com o incentivo dos jovens para fazer as mudanças que a gente precisa no nosso país.

Então, um decreto que faz o corte de participação de cidadãos na instituição de políticas públicas. Não pode ser um indicativo final dessa gestão. Espero que os Vereadores da Casa lutem por isto: para a revogação desse decreto que prejudica e muito a participação cidadã.

Contando um pouco da experiência do dia a dia de participação em outras audiências, sou morador de Lauzane Paulista, na zona Norte. Participei da audiência do Plano de Metas na subprefeitura de Santana e há um indicativo bastante grande dos moradores da região em relação à questão de regularização fundiária e moradia, e o resultado final do Plano de Metas para a nossa região foi manutenção de áreas verdes. Então, existe uma distorção entre a participação efetiva das pessoas que vão até as audiências públicas e fazem seus pedidos e o que é registrado nos meios eletrônicos. Embora haja um número muito grande de sugestões pela internet – mais de 23 mil por meios eletrônicos –, acredito que deva ser levado em consideração principalmente o que vem da pauta dos movimentos sociais, que participam efetivamente da construção de políticas públicas nas audiências.

Era essa a minha mensagem nesta noite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – O próximo é o Cícero Floriano.

O SR. CÍCERO FLORIANO – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o Vereador Suplicy. Parabéns pela iniciativa. Quero fazer um breve histórico: sou do Conselho Participativo da Penha de França, a Padroeira da cidade de São Paulo. Do senhor, Vereador Suplicy, só discordo do time que o senhor torce. Muito obrigado pela iniciativa.

Vereador Donato, o senhor esteve no nosso bairro, no Câmara no Bairro, e se comprometeu a fazer o mesmo que o Vereador Suplicy está fazendo agora e o senhor não nos recebeu. Na época, eu pedi que o senhor fizesse uma audiência com a gente para criarmos um projeto igual ao que o senhor está propondo agora. Então, já está em atraso.

Não é surpresa nenhuma o que nós estamos passando aqui nesta Casa, que tem culpa nisso. Como não faço parte de nenhum partido político e cursei Gestão Pública na PUC, tenho a liberdade de falar isto: procuramos esta Casa várias vezes, mas o Conselho não foi recebido e parte da Casa sequer o conhecia o seu trabalho.

A iniciativa é louvável, mas já está em atraso e parte da culpa é desta Casa. Ser revertido com a revogação desse decreto é o mínimo. O Vereador Police saiu, mas eu ia explicar para ele por que o seu projeto em relação à participação não vingou e foi só por uma coisa: porque as Casas Legislativas nos âmbitos municipal, estadual e federal têm uma relação de promiscuidade com o Poder Executivo, com trocas de cargo, nomeações de subprefeitos e de secretários. Existe uma vergonhosa promiscuidade, e vocês têm a obrigação de levantar a bandeira da participação popular, qualquer que seja o partido ou situação. Vocês têm que se levantar da cadeira e reagir, porque vocês têm responsabilidade.

Ficamos quatro anos buscando o apoio desta Casa, e vocês sabem disso. Pedimos audiências para montar hospitais, para resolver problemas sociais, como o dos viciados e de pessoas em situação de rua e não fomos atendidos. Falei disso no Câmara no Bairro e estou volto a falar agora, depois de quase dois anos. Então, vamos reverter essa situação e, se preciso for, a gente abraça a Câmara Municipal e a Prefeitura. O que não podemos é ficar passivos esperando a reação de ninguém. Cada um aqui tem uma responsabilidade, e a dos senhores é maior.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Joel José dos Reis.

O SR. JOEL JOSÉ DOS REIS – Boa noite a todos e a todos. Boa noite à Mesa e

aos colegas do Conselho Participativo. Também faço parte de um Conselho, o Conselho da Saúde e da Educação.

Minha participação hoje nesta plenária, Srs. Vereadores, é para fazer uma cobrança a vocês. No meu bairro, estamos passando por uma situação difícil. Há mais de 20 anos estamos na luta pela canalização de um córrego e por pavimentação. Pagamos por água e esgoto, mas o esgoto está a céu aberto e temos que andar na lama, e agora estão colocando luz para o pessoal pagar. Isso é um desrespeito pela população.

Outro dia, fui conversar com o representante da Subprefeitura de M'Boi Mirim, que me encaminhou para a Sehab. Chegando lá, um rapaz falou para mim que as obras de pavimentação começariam em agosto. Isso já faz mais de dois meses e tento ligar para falar com o Sr. Rafael Botelho, mas ele está sempre em reunião e nada de me responder. Mas eu quero uma resposta de vocês, da fiscalização, porque nós somos cidadãos, pagamos impostos. Pela Constituição Federal, todos os cidadãos têm o direito à escola e à moradia digna, mas o local onde eu moro tem mais de dez mil pessoas, e a creche fica a menos de dez metros da nascente do córrego, obrigando as crianças a conviverem com ratos, baratas e enchentes.

Apesar de sempre cobrarmos da Prefeitura e dos governantes, nada é feito. Por isso, precisamos da participação dos senhores, uma visita para verem a situação que o nosso povo enfrenta. Quando chove, em algumas casas, as pessoas chegam a nada em meio a fezes.

Outra coisa que vou falar é da represa. São mais de dez mil pessoas jogando esgoto dentro de uma represa. O Vereador Donato conhece a minha área. No Câmara no Bairro, na época em que eu era presidente da associação do bairro, me prometeram que iam ser construídas 680 moradias e pavimentação do bairro, mas até hoje nada aconteceu.

Muito obrigado e desculpe se eu falei alguma coisa errada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Joel.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Primeiramente quero saudar os Vereadores, porque não dá para citar o nome de todos, às autoridades da Mesa e a todos os que estão aqui reunidos para debater as políticas públicas da cidade de São Paulo.

Na época dos meus vinte anos de idade, quando a Assembleia Constituinte estava instalada em Brasília, eu apresentei três teses de peso. Uma delas foi a criação do Sistema Único de Saúde no País, que está na Constituição. Na oitava conferência de saúde em plena Assembleia Constituinte, que contou com cerca de 3.250 delegados, todos foram orientados por mim a irem até o Congresso defender o Sistema Único de Saúde, hoje um dos melhores do Planeta e que está na Constituição.

Outra tese abordava o controle social e obrigava os governos federal, estadual e municipal a estabelecerem metas para o cumprimento de políticas públicas, mas essa não foi para a Constituição. Depois saí na frente apresentando a tese da constituição do SUAS, que estabelecia um salário mínimo para as pessoas com mobilidade reduzida.

Na Lei Orgânica, apresentei uma tese na cidade de São Paulo que estabelecia a criação dos Conselhos de Representantes, que também está na Constituição. Numa audiência pública que ocorreu quando fazia mais ou menos um ano do início da gestão Haddad, um membro do Ministério Público disse que os Conselhos de Representantes era inconstitucional. Foi quando defendi a tese da criação do Conselho Participativo, constituído pelo Prefeito por meio de um decreto.

Voltando à defesa das nossas organizações, a Unesca e a Uniglobal Trabalho e Cidades, a revogação desse decreto e que o Governo Doria faça uma conferência, como foi dito por um palestrante da Mesa, com todos os delegados, dando condições de os conselheiros participativos participarem de reuniões e defenderem os direitos da municipalidade e da sociedade.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite a todos. Sou do Ipiranga e estou aqui representando a Associação Ipiranga Forte, associação criada recentemente para ver o rumo disso que nós estamos falando hoje. Toda vez que venho a esta Casa, mostro isto: o que queremos para São Paulo/ 2001 - 2010. Vejam os senhores que tudo o que falaram desde o início até agora está dentro do Estatuto da Cidade, Lei 10.257, criada em 2001. Em seguida, veio o Plano Diretor. Dessa época para cá, de 2001 até agora, nós tivemos diversos Prefeitos que fizeram diversas promessas.

Essa lei da participação social, como eu sempre digo, funciona mais como “fala que eu te escuto”: em todos os governos é a mesma coisa, não muda nada. Um cidadão falou agora há pouco e é verdade: no ano passado, houve várias audiências públicas sobre as operações urbanas e funcionou como o “fala que eu te escuto”, sem ninguém ter feito absolutamente nada. Responsabilidade, sim, da Câmara Municipal, porque são eleitos pela sociedade, mas, na hora de fazer as coisas, ninguém faz absolutamente nada.

Hoje nós temos cerca de 1.800 favelas na cidade de São Paulo e 16 mil pessoas morando na rua desde 2012, e a tendência é ficar pior. O cidadão lá de Brasília que falou “pior que está não fica” errou, porque vai ficar pior, sim, se a sociedade não se organizar e cobrar do Poder Legislativo Municipal, que tem a obrigação e o dever de fiscalizar o Executivo, que não está fazendo nada. Desde o Plano de Diretor de 2002, passando pelos de 2004, 2006 até chegar ao de 2014, nada foi feito e resolvido até o momento. O que se vê na cidade de São Paulo é de fora para dentro. Não adianta passear na Avenida Faria Lima, no Parque do Povo, porque ali é a beleza da Cidade. Não adianta fazer pintura de guias, sarjetas e calçadas se o povo precisa de creche, moradia, endereço. A culpa disso, 80% eu coloco nesta Casa, a Câmara Municipal de São Paulo, onde, no final do mandato de cada governo, os Vereadores aprovam o Orçamento, as contas - tanto aqui como no Tribunal de Contas - e um fica jogando a peteca para o outro. A verdade é exatamente isso: a sociedade tem que ficar atenta, porque

promessa fica na promessa. Temos aí 210 dias de Governo, faltam 1.246 para terminar esse Governo e vamos ficar na promessa novamente se a sociedade não se levantar e não agir. Peço a todos que se reorganizem e cobrem o Poder Legislativo que tem por obrigação fiscalizar o Poder Executivo.

Para lembrar, no ano passado, gestão anterior, foram gastos 600 mil reais por quilômetro nas ciclovias. São 450 quilômetros, então vejam quanto pagamos. E as contas do Governo foram fechadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Samuel Andrade, depois a Sra. Viviane Assofra.

O SR. SAMUEL ANDRADE – Boa noite à Mesa, Srs. Vereadores, agradeço a oportunidade, meu nome é Samuel Nunes de Andrade, venho numa luta solitária desde 2012, e vou falar sobre escola.

Vou falar claramente o que está acontecendo. Infelizmente estou sendo detonado pela Administração passada e por esta ainda não sei, já mandei três, quatro emails. A verdade é a seguinte: tenho quatro processos administrativos. Fui mandado embora da Prefeitura por denunciar verdades.

Vamos à lista, a escola pública em que era Professor falsificava a ata. Denunciei isso e fui detonado por procuradores, por pessoas da Regional Santo Amaro. Denunciei falsificação de documento e fui detonado. Em seguida, naquele ano, fora outras baixarias que fizeram, meu processo de 2012 tem três mil páginas, me retiraram de lá e me mandaram para a Regional Santo Amaro com 260 páginas, inclusive, meu documento de falsificação estava lá dentro. Tiveram a coragem de fazer isso.

Fui mandado embora. Lá na Regional, estou lá fazendo a contabilidade? Não. Estou lá só para analisar o que chega para atualizar e arrumar. E aí vejo notas fiscais da empresa Pereira, MP Pereira, SRD Pereira, passando por mim. Fui lá ao processo de 2012,

que tinha 200 folhas, localizei a empresa. Ou seja, é um monopólio, estão roubando dinheiro daquela escola. Procurei no *Diário Oficial*, achei 44 que já compraram dessas três empresas. Vai da zona Sul até a zona Leste. Essa é outra denúncia, então há um monopólio.

Da minha escola não sei, de repente roubaram 20 mil reais por ano, 100 mil em cinco anos. Pode não ser nada para os Srs. Vereadores, para mim é. Quando falam que rouba um cafezinho, faz um cafezinho, sei lá o quê, acham válida essa situação. Desculpem, queria ser menos emocional, mas quando lembro as baixarias que li. Falaram que as minhas 52 petições em que demorei horas e horas, com reclamação da minha mãe, que infelizmente morreu, falando para eu não ficar virando noite fazendo documentos. Escrevi mais de 300 páginas com mais de 300 anexos. E chamaram de petições infundadas. É isso que um professor merece? Petições infundadas, 52 documentos, provas anexadas.

Também estou em desvio de função porque sou readaptado e denunciei também. Tratam-nos com um rol de atividades que nunca são exercidas, pedagógicas, mas não existem. Transformam um professor readaptado em ATE, que foi denunciado por uma pessoa desta Casa, como servidor, como Vereador. Nada aconteceu. Estão lá os professores readaptados fazendo serviços que não devem fazer.

Então gostaria de falar isso, infelizmente temos uma escola que não é verdadeira. Temos verbas não aplicadas, professores readaptados que não fazem o que tem de fazer. E temos documentos falsos de atas falsas e continuo denunciando. A qualquer momento denunciarei em outro lugar, tanto esses documentos como uma nota fiscal de carta de correção que já não sei. Está no TCM, quem quiser olhe, 12 de maio deste ano, o TCM falou sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Viviane Assofra, depois a Sra. Marileide.

A SRA. VIVIANE ASSOFRÁ – Boa noite a todos os presentes, sou a primeira mulher a falar, que honra. Mulheres que são guerreiras, começaram com o movimento de

saúde.

Então, enfim, acho que saímos daqui com dois compromissos e acho que é consenso. A revogação do decreto, que é o plebiscito, mas há outra coisa importante, a denúncia do descumprimento da Prefeitura de São Paulo que é o compromisso de fortalecimento da participação social.

Isso nós precisamos fazer porque este governo mostra total imaturidade, até na transição do Governo. A dança das cadeiras, a pessoa chega lá e não sabe onde estava, não sabe como começar. Cada semana tem um interlocutor diferente e isso quando conseguimos achá-lo.

Outra coisa que vemos e temos de denunciar, porque se não criarmos resistência para amarrar esse pacote de maldades do Governo Doria aonde vamos chegar? Temos que nos unir agora. Estamos ao lado da Cidade, do cidadão, da São Paulo que não quer excluir, deixar mais caro para expulsar pessoas que não têm dinheiro para pagar um parque.

É isso que o Governo quer, porque na audiência pública do transporte público eu era a única municipal e não foi divulgada. No plano de metas havia quatro municipais, que divulgação é essa?

Na audiência do transporte público havia um monte de empresas de ônibus, inclusive, que queriam passar que a despesa com manutenção de corredores e trólebus seria para as empresas que iam vir para onde? Para o nosso bolso. E era a única lá para defender porque não foi divulgado.

Então é isso que precisamos fazer. Aí tira o leite. O uniforme da CET teve até desfile, mas o das crianças das EMELs, o uniforme de inverno vai chegar em outubro. E estamos fazendo o quê?

Temos que divulgar, levar para as mídias sociais nacionais e internacionais, falar com o colega do lado. Sou bancária e falo com todo mundo que senta na minha mesa. Hoje tinha uma senhora esperando o ônibus e perguntou: o Parque Dom Pedro não passa mais

aqui? Não. Diminuíram a linha. Foi o Prefeito e não foi divulgado. Onde vocês viram isso?

Não temos participação na divulgação. Diminuíram a participação porque querem menos pessoas para cobrar, para fiscalizar e não podemos deixar isso acontecer. Cada um de nós tem de sair daqui com uma missão de espalhar para 10, que vão espalhar para 10 de todas as maldades que estão acontecendo na nossa Cidade. É isso que precisamos.

Estou aqui, tenho três filhos em casa e não temos um CAPS infantil em Aricanduva. Sou da Aricanduva, nasci lá e não temos um monte de coisas. E as demandas do Conselho antes tinham resposta, pelo menos um não. Hoje não temos nem um não. É boicote total que não podemos deixar. Vamos lutar até o final.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Minhas queridas e queridos, preciso pedir licença a vocês, tenho uma urgência com o Prefeito Fernando Haddad, já estou atrasado, mas quero dizer uma reflexão sobre a participação.

Realmente acho bastante difícil para cada um de nós, Vereadores, estarmos praticamente em todos os lugares onde vocês nos chamam simultaneamente. Tenho procurado atender todas as solicitações. Mas fiquei pensando hoje na hora em que estava lá, consegui ir à Aldeia dos Guaranis, no Jaraguá, e fiquei me dando conta. Puxa, o Prefeito vai passar dois dias em Paris, depois, na semana que vem, já foi à China dois, três dias, como é que vai saber de todos os problemas da metrópole gigantesca com 12 milhões e 600?

Quero só pedir licença para dizer essa reflexão para vocês. Muito obrigado.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Não é com o Prefeito João Doria. Está em Paris.

- Manifestações na plateia.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Os Secretários Luiz Arruda e Milton Flávio foram convidados.

Podem me convidar para ir lá também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Marileide Luma.

A SRA. MARILEIDE LUMA - Boa noite a todos e a todas, gostaria de cumprimentar o Vereador Suplicy que está se retirando. Deixei um documento com ele que trouxe para ler, mas como é muito extenso não daria tempo. Meu nome é Marileide, faço parte da UGP pelo Movimento Popular de Saúde e estou me sentindo violada, violentada, usada, porque fizemos um trabalho árduo para o fortalecimento do Conselho Participativo e o Prefeito simplesmente usou-nos.

Quando fizemos o trabalho da UGP, estive na época com o Secretário de Cultura, com o Gustavo que fazia parte da Relações Internacionais, e que brilhantemente conduziu o formato da UGP, porque a UGP é um fórum internacional. E a relevância desse fórum está sendo pisada, porque levamos as demandas da cidade de São Paulo e fomos escolhidos justamente pela participação social e fomos para Paris mostrar a forma como nos articulávamos para construir os nossos compromissos que são cinco.

O primeiro deles é justamente o fortalecimento do Conselho Participativo. Agora, pergunto como fortalecer com diminuição? Estive na Regional de Aricanduva e lá vocês estão maravilhosamente bem. Vocês têm muito coisa. Estive em Regionais que sequer tinham uma mesa para sentar. Não tinham condições nenhuma. O vale transporte para que o conselheiro se locomovesse até o local da reunião foi tirado.

Então estamos com uma pseudoparticipação. Temos reuniões mensais, o que está proposto, o que deve ser feito para que haja o fortalecimento. Tem o desenho, o formato, ele usou o nome da UGP e isso vai ficar muito feio porque não sou eu que vou falar. Agora, em novembro, já teve uma para falar da dispersiva que estava sendo feita e em novembro deste vai ter outra para falarmos o que está acontecendo. Pegamos de fora, trazemos para dentro as atividades exitosas e levamos para fora também as exitosas ou não exitosas.

Isso vai repercutir muito feio para São Paulo. Isso porque São Paulo não foi a

única, havia mais três, Rio de Janeiro, Minas e outra que esqueci. Então gostaria de dizer que esse decreto tem que cair.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra a Sra. Juliana Ribeiro.

A SRA. JULIANA RIBEIRO – Boa noite a todos. Sou moradora da Lapa. Nessa última gestão não estou como Conselheira porque vi a falta de representatividade. Sou tecnicamente Perdizes, que tem um alto índice de moradores e temos um problema muito sério: não gostamos da equação, porque morador de Perdizes não está nem aí com nada e nunca temos coeficiente de candidatos e os que se elegem nunca vão, não fazem nada. Por exemplo, Lapa e Jaraguá são muito mais participativos e atuantes do que Perdizes. Mas fui Cades, Conseg e estou sempre presente, sou ativa.

Outra coisa, estou me sentindo até muito ofendida, até pelo horário, por termos só três representantes do Legislativo. Uma coisa que temos sentido este ano é que as audiências públicas são meramente para bater cota, representatividade, obrigação, por mais que boa parte do Legislativo realmente tem interesse de participar, mas do ponto de vista da gestão maior, não nos sentimos muito bem ouvidos nas audiências públicas como as de plano de metas que ocorreram este ano e foram uma vergonha.

E o mais importante, temos de levar em consideração que não se deve falar só do Conselho Participativo Municipal, mas de todos os conselhos de participação política. Os Cades, os de orçamento público, os conselhos gestores de equipamentos de saúde, os conselhos gestores de parques e praças. E dos conselhos participativos que vieram antes do participativo municipal. Isso porque o participativo municipal já vem com um marketing maior, vem com interesse partidário diferente e com funções diferentes que foram muito interessantes, mas que além dos outros antigos que não têm a validação.

Então vamos, militamos, somos ativos, vamos às reuniões, continuamos trabalhando e tendo família. E os servidores públicos nas nossas subprefeituras continuam não

nos dando *feedback*, não resolvendo. Na Lapa tivemos uma época em que um deles só resolvia de quem frequentava essas reuniões e fazia a ladainha. Os saques que estavam acumulando continuavam a acumular.

Então o esvaziamento do conselho participativo se deu um pouco porque não vemos esse resultado. É um pouco isso. E o que falaram aqui, que São Paulo quer participar e estar presente é pensar na parte digital, uma consulta pública digital, mais participações e que possamos de longe poder contribuir.

É só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Tem a palavra o Sr. Pedro Pontual, depois para o Sr. Jorge Kayano. Em seguida voltamos para a segunda rodada da plateia.

O SR. PEDRO PONTUAL – Boa noite a todos e todas. Cumprimentar o Vereador Donato e demais colegas da Mesa na pessoa da Maria José, a única mulher representada na mesa, porque, já que nós estamos falando de sub-representação, é bom lembrar que há sub-representação de gênero também. Então, faço questão de cumprimentar meus colegas de mesa na figura da Maria José. (Palmas)

Eu vou procurar não repetir o que já foi dito aqui, porque tenho bastantes concordâncias. E vou começar dizendo que o mantra que está no artigo 1º da Constituição Brasileira já estava na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no seu artigo 21 dizia: “Toda pessoa tem direito a participar do governo de seu país diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos”.

Por que estou fazendo questão de colocar isso? Para dizer que, além de ser um direito do cidadão, assegurado na nossa Constituição, a participação social é um direito humano e deve ser vista como tal.

A segunda coisa que eu queria comentar é a seguinte: o desmonte da participação, que está acontecendo nesta Cidade, através de todos esses Decretos e todas essas práticas, eu acrescento mais uma que não foi suficientemente dita aqui, que é a indicação de membros

da sociedade civil em diversos Conselhos que passam a ser prerrogativa dos Secretários, como é o caso do Conselho do Programa do Livro e Leitura, cujo Decreto li hoje. (Palmas) É mais uma medida autoritária.

Agora, essa prática que está acontecendo na cidade de São Paulo está acontecendo no nível federal também: o desmonte dos conselhos, o esvaziamento do seu poder de deliberação.

Só para terem uma ideia: o Conselho Nacional de Educação que, durante os Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, foram repensados na sua forma para garantir uma ampla representação da sociedade brasileira, teve mudados 12 representantes por esse governo ilegítimo, para atrair entidades parceiras desse governo golpista. Desmontou o Fórum Nacional de Educação, que era um Fórum da sociedade civil para discutir políticas públicas de educação; concentrou, no Ministério da Educação, toda a realização da Conferência Nacional de Educação, que era feita de maneira partilhada entre governo e sociedade civil.

Estou dizendo isso porque o negócio é mais amplo do que está acontecendo aqui na cidade de São Paulo.

Desmontar as nossas conquistas no campo da participação social é um dos projetos do golpe que se instalou nesse país a partir da deposição do Governo da Presidente Dilma. (Palmas)

E por que é uma das práticas desse golpe? Porque a elite brasileira não consegue conviver nem com a diminuição das desigualdades sociais nem com a participação popular. (Palmas) E isso é histórico.

É bom lembrar aqui que esse Projeto de Lei do Plebiscito Já, e eu não queria deixar de por em relevo o Projeto de Lei que institui a política e o sistema municipal de participação social, enviado pelo Prefeito Fernando Haddad a esta Câmara no ano passado.

Ele é muito importante - e já foi dito nesta mesa pelo Vereador Suplicy – porque

torna a participação social uma política de Estado. É disso que nós precisamos, para que nenhum governo possa fazer esse tipo de desmonte. Então, quero dar igual relevo a essa questão da aprovação do Projeto de Lei.

Estou enfatizando isso para dizer que a gente enfrentar esse desmonte da participação social na cidade de São Paulo requer, sim, um trabalho junto ao Legislativo, audiências públicas, como essa, mas muito mais do que isso: requer uma ampla mobilização da sociedade civil, dos movimentos sociais.

Precisamos falar com toda a franqueza: nós reproduzimos, muitas vezes, nos movimentos sociais, a mesma setorialização das políticas públicas e, de certa maneira, dos próprios canais e instrumentos de participação sociais. Então, o movimento de moradia vem brigar por moradia; o de saúde vem brigar por saúde etc.

Participação social é um tema transversal a todas as políticas públicas. O desmonte da prática de participação social significa desmontar o conjunto das políticas pública universais nesta Cidade. Portanto, ela deve congrega o conjunto dos movimentos sociais. Ela deve ser uma bandeira de unidade dos movimentos sociais.

Então, aproveito para dizer: eu acho que essa conferência que aqui foi proposta, no meu ponto de vista, não deveria ser só dos Conselhos Participativos, primeiro. Deveria ser do conjunto dos Conselhos desta Cidade, tanto dos municipais quanto dos Conselhos de Gestores de Equipamentos e, também, dos movimentos sociais da cidade de São Paulo. (Palmas)

Este ano, faz 20 anos que um grande educador brasileiro - que se estivesse aqui, estaria sentado nesta mesa, lutando pelas mesmas coisas que estamos lutando -, o Paulo Freire, que foi Secretário de Educação desta Cidade na Gestão da Prefeita Luiza Erundina.

Na sua última entrevista, antes de deixar essa dimensão da vida, em 17 de abril, quando nós tivemos a Marcha dos 100 mil do Movimento Sem Terra Brasília, Paulo Freire deu entrevista para a TV PUC, 15 dias antes de partir.

Perguntaram o que ele achava da Marcha dos Sem Terra. Ele disse o seguinte: “Eu

sonho com um país de muitas marchas. Um país da marcha dos que não têm teto, a marcha dos que não têm educação, a marcha dos que não têm saúde, a marcha dos que são desamados”.

E a gente poderia acrescentar: a marcha daqueles a quem é negado o direito da participação social. Para homenagear o nosso Paulo Freire.

Estou dizendo isso porque acho que é disso que se trata. Se nós não fizermos um amplo trabalho de mobilização social nesta Cidade...

Eu já bolei o título da campanha: *Eu tenho direito a participar das decisões da minha Cidade.* (Palmas)

Acho que nós temos que transformar isso numa campanha mesmo de mobilização, o movimento Nossa São Paulo é importante abraçar uma campanha nesse sentido e os vários movimentos sociais, porque, se não tiver pressão e mobilização, os nossos Vereadores combativos dessa Câmara não vão ter força para deter essa onda de desmonte das instâncias de participação social nesta Cidade.

Por fim, quero dizer que é bom lembrar, também, que além de contrariar a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira, está contrariando o Estatuto da Cidade, uma lei fundamental, aprovada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000, mas homologada por ele a partir de um amplo trabalho da sociedade civil, dos movimentos sociais e do Fórum de Reforma Urbana, que fizeram aprovar isso no Congresso Nacional, e que prevê vários mecanismos de democratização da gestão da cidade, sobretudo os Conselhos, mas, também, o orçamento participativo.

Quero concluir dizendo que faço parte de uma rede latino americana, CEAL, Conselho de Educação Popular para a América Latina, onde tenho tido a possibilidade de viajar por vários países da América Latina. As práticas de participação social têm sido bastante difundida em países vizinhos nossos, sobretudo, aqueles que têm governos progressistas a sua frente.

No Equador, a participação cidadã, como lá é chamada, na Constituição Equatoriana é um quarto poder de Estado, somando-se aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com um Conselho Nacional de Participação Cidadã com poder deliberativo.

Sobre os plebiscitos, aqui é preciso homenagear o companheiro Xixo - assim como o Jorge Kayano foi homenageado pela sua participação na discussão dos Conselhos Participativos -, que tem o mantra dos plebiscitos e toda a equipe da Escola de Governo do Movimento Nossa São Paulo.

Mas a prática de plebiscitos é extremamente desenvolvida no nosso país vizinho Uruguai, onde, há muito tempo, concomitantemente ao processo de eleições, coloca em discussão temas fundamentais, como foi, por exemplo, o tema da água, se devia ser um bem comum ou privado.

Peço desculpas, depois da fala do meu querido Jorge Kayano, vou precisar sair, porque tenho compromisso a cumprir.

Concluo dizendo que nós precisamos unir forças do Legislativo e da sociedade civil. A participação não pode se resumir a esta audiência. Nós temos que levar a sério essa ideia de uma grande conferência da cidade.

Eu estava dizendo para o Vereador Suplicy, pioneiro na ideia de se criar uma Frente Parlamentar de Participação Social, eu vou pesquisar, mas acho que com o título de Participação Social é uma das primeiras Frentes a serem criadas, especificamente, com esse tema. Nós já tivemos uma de Reforma Política. Mas será a primeira criada com esse tema.

Eu acho que essa Frente Parlamentar deveria fazer audiências regionalizadas. (Palmas) Porque isso permitiria reunir todos os Conselhos da região, todos os movimentos sociais e fazer essa longa marcha para deter o desmonte das políticas públicas e dos processos participativos da cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma) – Obrigado, Pedro.

Tem a palavra Jorge Kayano.

O SR. JORGE KAYANO – Boa noite a todos e todas.

Eu não vou fazer cumprimento à mesa e aos demais presentes, porque eu queria aproveitar meu tempo e me concentrar na questão do Decreto. Eu também defendo a revogação do Decreto.

Mas eu queria fazer um comentário sobre o Decreto. Eu não tenho ouvido as pessoas falarem sobre o conteúdo do Decreto. Eu queria mostrar alguns detalhes dele que reforçam, muito claramente, a necessidade da sua revogação. Não é por pressão da Câmara ou da gente. É porque ele é ridículo. É pelo ridículo que ele representa.

Eu pedi mostrarem, mas acho que não vai dar para ver. Pode tirar a tela inteira, por, talvez, se consiga aumentar a imagem.

—
- Orador apresenta imagens na tela de projeção.

O SR. JORGE KAYANO – Essa é a tabela que saiu no Decreto.

Quero mostrar que essa tabela revela uma subversão total de qualquer ideia de proporcionalidade no número de Conselheiros por Prefeitura Regional.

Isso quer dizer que as Prefeituras que têm maior população, como é o caso do Campo Limpo, M'Boi, Itaquera, Capela. Todas têm população próxima de 600 mil habitantes. Elas passam a ter um número bem menor de Conselheiros do que a Sé, que passa a ser a Subprefeitura com o maior número de Conselheiros: 40.

Eu não estou contando a representação dos Conselheiros Migrantes, porque o número deles foi mantido de um Decreto para outro.

Nessa subversão aparece o seguinte: a Subprefeitura que tem 600 mil habitantes, como é o caso do Campo Limpo, passa a ter 21 representantes; e a Sé, com 470 mil, uma população menor, tem 40.

Lá embaixo na lista, as duas Subprefeituras com população menor que 200 mil habitantes, o caso de Parelheiros e Perus, como têm dois distritos, elas têm 10 Conselheiros; Cidade Tiradentes que tem 200 mil habitantes, passa a ter sete.

Então, precisa ficar claro que esse Decreto subverte as coisas.

Muita gente se lembra de que o Police teve participação na elaboração dos dois artigos da lei que criou o Conselho Participativo, um artigo dizia: “no mínimo, cinco conselheiros por distrito”.

Quando a lei fala “no mínimo cinco” a ideia é a de que os distritos que têm população menor tenham cinco no mínimo. Faz sentido porque Marsilac, por exemplo, é um distrito que tem muito pouca gente, mas a população é totalmente espalhada. Ter cinco representantes de populações bastante dispersas faz sentido.

Mas isso dá a ideia de que os outros distritos teriam que ter um número maior e não, menor.

Então, a equação geral desse novo Decreto fica invertida e bagunçada, quando ele mantém a lei e diz que, no mínimo, tem que ter cinco, mas diz que são 30 mil habitantes para um Conselheiro, ele inverte e bagunça toda a equação.

Então, vamos ter bem claro, eu queria lembrar alguns itens desse decreto que mostram um problema de redação, um problema de entendimento da cidade de São Paulo. O item 2, do artigo 5º, que foi modificado diz o seguinte: na soma total de conselheiros da Cidade você vai ter de ter, soma total de conselheiros de todos os conselhos, vai ter uma proporção de 1 conselheiro para cada 30 mil habitantes. Se você faz a conta do decreto, esse número teria de dar 371, o número divide a população do censo 2010, por 30 mil, o número máximo 371. O Suplicy acabou de colocar e todo mundo está vendo na tabela o número de conselheiros na Cidade, pelo próprio decreto e pelo anexo está dando 532. Então, o decreto fala uma coisa e acaba dando outra coisa. Isso é ridículo!

O próprio decreto mostra no anexo um dado que contradiz o decreto. Entenderam?

Isso é ridículo! Mostra ignorância. Isso é uma ignorância. E essa ignorância é reforçada por outros itens, o item 5 desse mesmo artigo diz o seguinte: quando a população de uma subprefeitura for superior a 1,23 milhão de habitantes, vejam bem, vocês que são dos vários bairros da Cidade, qual é a subprefeitura que tem 1,2 milhão de habitantes? Existe? Eu acabei de mostrar que o próprio decreto mostra que a subprefeitura com maior população tem 600 mil habitantes. Essa subprefeitura, por mais que a população cresça, neste milênio não vai chegar a 1 milhão.

Então, o decreto fala em situação que não existe. Acontece que ninguém disse ao Prefeito, que ele não conhece a Cidade, porque ele está em Paris, mas têm assessores e eles não alertaram o Prefeito que assinou esse decreto que não existe essa hipótese?

Ele diz assim, outro item desse mesmo decreto, vocês podem ler, cada item, o item 6 diz o seguinte: quando uma subprefeitura tem menos de 250 mil habitantes, você vai dividir a população proporcionalmente a população de cada distrito. Pensa um pouco, se as únicas subprefeituras que têm população abaixo de 250 mil habitantes, que são Parelheiros e Perus, essas duas subprefeituras têm dois distritos e, portanto, tem aqueles dez conselheiros, de que forma você vai dividir proporcionalmente a população? Se no mínimo eles têm de ter cinco. Então, você não pode fazer.

Eu quero que vocês entendam que ele é vergonhoso porque ele depõe contra todo o staff deste governo e também depõe contra todos os técnicos e temos centenas de técnicos de altíssima qualidade nesta cidade que não foram consultados. Escreveram um decreto que é a maior bobagem e um atestado de ignorância a respeito da cidade de São Paulo. (Palmas)

A minha exposição, Vereador, eu gostaria que esse texto - vou deixar com o Vereador -, o comentário que deve ser feito é que esse decreto é tão vergonhoso para a Cidade que deveria ser escondido. Deve ser recolhido por ignorância. (risos)

Vamos deixar bem claro, para alguém que está querendo se apresentar a público como habilitado a voos maiores, esse decreto é um atestado de incompetência. De ignorância

por um lado porque ele está demonstrando que é Prefeito de uma cidade e não sabe que ele escreveu coisas que não existem sobre a Cidade, demonstra uma ignorância crassa. Mas também ele montou um governo que teoricamente se fala tanto em eficiência e todos os seus assessores referendaram esse decreto.

Entendam, ele é vergonhoso também para profissionais que trabalham na Cidade, é vergonhoso para a Câmara. Acho que a Câmara deveria tomar a iniciativa de apresentar para o Prefeito isso e dizer: olha, Prefeito, não é por nada, mas acho que é melhor recolher isso, porque enquanto isso estiver no ar, na praça, vai ser o tempo todo um sinalizador da ignorância e da incapacidade. Então, quero reforçar esse aspecto como importante.

Outro item que acho muito importante é o seguinte: se você olhar o decreto como um todo, esse decreto não pode ser cumprido. Vocês têm de prestar atenção porque o decreto mudou alguns itens do decreto de 2015. Quem acompanhou o decreto de 2015 sabe que a primeira providência do decreto foi a criação da chamada comissão eleitoral central. A comissão eleitoral central é condição para estabelecer as regras do processo eleitoral. O decreto de 2015 dizia que essa comissão eleitoral central com a composição que estava dada tinha de ser instalada até 15 dias depois do decreto. Nós estamos no dia 1º, semana que vem dia 4, esta comissão eleitoral central desse decreto não existe, do decreto atual. E, no entanto, algumas subprefeituras; como é o caso de Vila Mariana, Ipiranga, e eu não sei se alguma outra subprefeitura teve iniciativa. Campo Limpo convocou uma plenária, audiência para eleição da comissão eleitoral local.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JORGE KAYANO - Foi feita convocação? Publicada? E o que eu quero que vocês entendam é que isso é a prova de que o decreto está sendo descumprido. Vocês entenderam o que estou falando? O decreto diz que tem de ter uma comissão eleitoral central que faça a convocação para a Cidade toda. Mesmo que as datas não sejam coincidentes, só se pode instalar essa audiência para escolha e eleição da comissão eleitoral local chamada

pela comissão eleitoral central. A publicação tem de ser assinada pelo Secretário de Governo, Secretário de Relações Governamentais, que por acaso nem assinou o decreto, vocês sabem disso. Dá a impressão que o Secretário de Relações Governamentais que tem o papel de fazer o processo acontecer, ele nem assinou o decreto, talvez, por vergonha. (risos)

Mas o que acho que tem de ficar claro é que esse decreto já está sendo descumprido. E se você for pensar em 2015 o decreto foi assinado no começo de agosto, já previa que no máximo em 15 dias, a comissão eleitoral central teria de ser instalada e teria de desencadear o processo. Nós tivemos esse decreto no dia 14, a comissão eleitoral central não foi instalada. Essas convocatórias que as subprefeituras estão fazendo ou que o Celso esteja fazendo, elas não valem porque contrariam o próprio decreto. Então, quem está indo nessas audiências de escolhas de representantes para a comissão eleitoral local está indo à toa, porque vão ter de fazer de novo. Entendam por que terão de fazer de novo. Essa eleição é diferente das anteriores num aspecto muito simples, que todos sabem, muitos conselheiros já estão reeleitos, eles não podem ser candidatos. E essa condição não existiu nos processos anteriores.

Então, a comissão eleitoral central tem de dispor regras uniformes para a cidade inteira para dizer quem pode ou não ser candidato. Entendam o que estou falando. Imaginem uma pessoa, que estava como suplente em 2014, foi chamada e assumiu. Depois foi reeleito. Ele pode ou não ser candidato? Depende de quando assumiu? Agora, pergunto o seguinte: nessa condição que o Celso está falando, quem está faltando muito tem de ser trocado? Você chama um suplente, se ele assumir ou não, vai contar ou não como cargo assumido?

A resposta não pode ser de cada um, da cabeça de cada um, tem de ter comissão eleitoral central que uniformize as regras. Estou querendo que vocês percebam que esse processo não é louco e ignorante e imbecil apenas no decreto, ele não está sendo cumprido, já não está sendo cumprido.

Lembram de 2015 que houve um problema seriíssimo, porque encerradas as

inscrições, depois tudo foi feito organizadamente, a maioria das comissões eleitorais tiveram de prorrogar as inscrições para cumprir a cláusula da proporcionalidade. Lembram? Se não tiver número de candidatas pelo menos suficientes para preencher metade dos cargos, tem de manter as inscrições.

Quero que vocês percebam que a falibilidade desse decreto já está totalmente comprometida. Então, para não manter o atestado de burrice e para não cumprir, é melhor revogar, é melhor o próprio governo tomar a iniciativa de revogar, esconder esse decreto e fazer de conta que não existiu. E aí, sim, devemos batalhar e pressionar para que ocorra o diálogo que não houve. O primeiro item desse diálogo tem de ser o seguinte: qualquer que seja a proposta de redução, por qualquer que seja o motivo, eu sei que tem conselheiros que apoiam a redução, mas precisamos saber se haverá respeito à regra de proporcionalidade, ou se vai fazer essa bagunça que é essa tabela. Vocês estão convidados para ver essa tabela para ver como está distorcendo totalmente a proporcionalidade.

Então, meu convite é esse. Peguem cópias desse texto, mostrem para seus colegas conselheiros, mostrem que o decreto não está sendo cumprido, que é atestado de burrice, de ineficiência, ao contrário do discurso do governo e que, portanto, dever ser revogado pelo próprio governo, para não passar mais vergonha. Se ele sair para candidato de qualquer coisa, vai ficar o tempo todo com esse decreto na mão e acho que os próprios adversários dele vão querer mostrar isso: quem vocês estão querendo botar em qualquer lugar?

Esse aspecto é muito importante, estou chamando a atenção. Esse governo é cruel, mas nós temos de começar a colocar esse deboche. Ele não é apenas cruel, ele é ignorante. E todo discurso de eficiência, ele emperrou com esse decreto, para além da intenção de querer questionar o processo de participação dizendo que os conselheiros não têm interesse de participar e, portanto, deve ter uma redução do número de conselheiros. Nem para isso ele serviu. Obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Jorge. Vamos à rodada final, a primeira é a Dora Lima, em seguida Jesus dos Santos.

A SRA. DORA LIMA – Boa noite, parabéns à participação popular. Em primeiro lugar, antes de tudo, fora Doria! Fora Doria, Temer e o Chuchu! O Geraldo!

Com todo esse debate, parabéns à Mesa, nós já temos argumentos suficientes para pedir o impeachment do Doria. Já vimos que é um incompetente, vamos convidar as pessoas que votaram nele. Ele está dizendo que foi eleito no primeiro turno, um mentiroso, que disse que ia aumentar a participação popular. Eu conheço alguns, que sei que votaram no Doria, eu não votei, para pedirmos a afastamento desse incompetente da Prefeitura.

Lembrando que na Lei Orgânica do Município diz o Poder Municipal pertence ao povo e não ao Doria.

Devemos nos unir, são 12 milhões de habitantes para revogar todos os decretos desse Prefeito incompetente. Solicito à Câmara, como fiscalizador desse Prefeito, que fiscalize sim. E vamos aprovar o PL 393, eu me proponho a mobilizar a população e fazermos no 8º andar, para aprovar e tirar o Doria também da Prefeitura. (Risos)

Outra coisa muito importante é esse PL, e a gente participou do PL 393. Nós, conselheiros participativos, eu não falei pra vocês, eu sou conselheira, estou no meu segundo mandato, sou da Sé. Mas acho que tanto a Sé quanto todos os outros têm de ter a proporção.

Encerro dizendo: vamos nos unir. A minha proposta é tirar o Prefeito incompetente, que a gente não elegeu, não demos carta em branco pra ele, cancelar todos os PLs, a venda da cidade. Esse decreto que ele está querendo é pra evitar a nossa participação popular.

Chamo a todos pra que a gente faça uma luta e a gente consiga. A gente tirou uma Presidenta, e agora ela realmente, foi julgado que ela não cometeu crime nenhum. E esse Prefeito, aqui, cometendo um crime atrás do outro, a gente não pode deixar!

Então, fora Doria!

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Jesuíno Santos; depois Simone Boacnin.

O SR. JESUÍNO DOS SANTOS – Gente, boa noite a todos, a todas.

Eu não sou conselheiro participativo, mas me considero um munícipe tão ativo, tão participativo porque, nos últimos seis meses, tenho participado da real instância de discussão, do diálogo da cidade, que são as ocupações que estão acontecendo. Haja vista que parte do processo de discussão das políticas culturais da cidade se deu após a ocupação do gabinete da Presidência da gestão passada, que era o Donato.

Quero lembrar: o que João Doria vem fazendo na cidade, e agora com a questão do Conselho Participativo, que reúne todos e todas aqui, é um processo que acontece desde o início do ano. Afinal não é só o Conselho da Leitura, do livro, da Literatura que foi extinto. Também não foi colocado em prática o Conselho das Bibliotecas. Os conselhos das Casas de Cultura foram questionados, houve uma série de tentativas de revogação desse decreto.

Quanto ao Conselho Participativo, é só mais um processo de aprofundamento de toda uma política a nível nacional que vem acontecendo.

Como já foi dito, não adianta só olhar - e olhando a cidade de São Paulo e a importância que tem para o País – para a tarefa de aprofundamento da participação social sem também olhar a do nível federal e estadual.

Quero reforçar algumas questões bastante importantes visto que muitas das falas anteriores, inclusive a do Cícero, nós temos bastante consenso. Os conselhos participativos e tantos outros que existem, na sua grande maioria são pro forma, as audiências públicas são pro forma. E de qual participação popular a gente está falando e a gente quer pra cidade? O conselho pra, de fato, ser um conselho em que minimamente se consiga dialogar com o maior número de munícipes, e o que está não representa. O que está, está longe de ser um conselho que pense minimamente na cidade de forma coletiva.

Quero deixar alguns encaminhamentos em relação à participação popular. Precisamos rever de forma urgente o número, o percentual de assinaturas que é preciso, a partir da população, para que seja mandado aqui para a Câmara. São 170 mil assinaturas, é muita coisa para a sociedade civil que não tem condições financeiras e de organização, de correr atrás disso porque, se estamos falando de participação, é preciso aprofundar, não só com plebiscito como também com referendo. Rever também o processo de diálogo da cidade. As audiências públicas não representam a real participação da sociedade, é muita coisa para falar. E alguns dos encaminhamentos no sentido de regionalizarmos o debate, são bastante interessantes.

Foi trazida uma referência do Equador, e eu quero trazer duas referências da América Latina. Na Bolívia, no processo Constituinte de 2009, existe lá o quarto poder, que eles chamam Democracia Comunitária. E parte da *treta* que a Venezuela vive é por conta do processo da Constituinte que prevê aprofundamento da participação popular.

Bem, são esses alguns dos encaminhamentos que deixo à Mesa, como a redução do percentual do plebiscito e do referendo, e também precisamos discutir a reforma política, que faz parte do canal de diálogo do que é participação popular.

É isso, não dá mais para falar, mas *vamo que vamo!*

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Simone; depois, Osmar Araújo.

A SRA. SIMONE BOACNIN – Boa noite senhores da Mesa, boa noite todos vocês.

Vou ler rapidamente, de forma resumida, um ofício que encaminhamos para o Sr. Milton Flávio e para o Sr. Celso Henriques.

“Na qualidade de conselheiros participativos municipais da Vila Mariana e representantes de 344 mil habitantes - cada um no seu pedaço, não são poucas pessoas - nós manifestamos nossa desaprovação quanto à forma como foi conduzido o processo que culminou no decreto nº 57.829. Não houve discussão, debate ou avaliação conjunta entre a

Secretaria e o conselho para elaboração dos termos do decreto. Nenhuma proposta ou sugestão foi levada em conta.

Em 1º de agosto fizemos uma reunião ordinária e o coordenador nos disse que o decreto, naquela época, já estava na mesa do Prefeito pra ser assinado”. Realmente, nós não fomos escutados. “Nessa reunião, diante da nossa indignação, o coordenador solicitou que fizéssemos propostas pra serem encaminhadas pra avaliação. Nós fizemos algumas propostas, encaminhamos e, obviamente, o decreto já estava na iminência de ser sancionado. E as sugestões sequer foram apreciadas ou incluídas, como também nenhuma vírgula do decreto foi alterada. O resultado dessas alterações é que o Conselho de Vila Mariana, por exemplo, será reduzido - o nosso - em 55%.

Sem entrar no mérito da explicação que nos foi dada, quanto à redução do número de conselheiros – e não nos convenceu – é que eles examinaram as listas de presença de todos os conselhos, nos primeiros seis meses de 2017, e verificaram que havia grande número de conselheiros ausentes, que muitas das justificativas eram inaceitáveis. Por exemplo, nos deram uma justificativa: aonde já se viu o fato de ter pintado as unhas é motivo pra não comparecimento na reunião? Então, eles subestimaram a nossa inteligência.

Sem entrar no mérito dessa fala, aparentemente a Prefeitura por meio da Secretaria Especial de Relações Governamentais, em nome do Sr. Milton Flávio e do Sr. Celso, não conhecem as atribuições do Conselho e da própria Secretaria em relação aos conselhos participativos. (Palmas) A Secretaria agiu de forma autoritária, antidemocrática ao impor novas regras sem ouvir o Conselho, sem debater com o Conselho maneiras pra fortalecer e aperfeiçoar a nossa atuação.

Da mesma maneira impositiva, a Secretaria determinou – no início da Gestão – agrupamento zonal dividindo os Conselhos em cinco zonas: Norte, Sul, Leste, Sudeste, Central e Oeste, com objetivo de facilitar o trabalho deles, e não o nosso. Essa divisão não levou em conta as características de cada região, que tem peculiaridades, problemas diferentes e

precisam se soluções distintas. A definição dos locais de conferência não considerou que os conselheiros atuam de forma voluntária, sem nenhum tipo de ajuda de custo, nem para os deslocamentos frequentes e necessários. Até hoje ninguém recebeu passe pra poder participar. Não considerou que os conselheiros têm horário de trabalho, fizeram essa reunião e nessa programação não constou espaço para o diálogo.

Então em repúdio à forma de condução da interlocução, nós não comparecemos a essa conferência, nós não concordamos com esse decreto. E a participação social não tem como retroceder para trás nem para pegar impulso.

Obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Osmar Araújo; depois Maria Angélica.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Boa noite. Estava pensando rapidamente: o Doria é empresário e grandes empresários trabalham sempre com conselhos, e os conselheiros de empresas grandes recebem pra terem assento. E aí vem um Prefeito empresário que diminui os conselhos, quase uma incoerência. É o mesmo que falar: eu sou um pouco autoritário, mas não vou falar disso aqui.

Eu sou Conselheiro Gestor da Casa de Cultura do Tremembé, estou representando os conselheiros das Casas de Cultura da zona Norte. Vou tentar ler rapidamente um texto que acabei de fazer de improviso. Estava trabalhando até às sete e meia da noite, enfim, começou cedo, termina tarde e eu fiz de improviso.

“Existe uma lei municipal das Casas de Cultura, lei municipal nº 11.325/92, dia 29 de dezembro de 1992, onde em seu art. 11º, § único, prevê constituição de um Conselho Gestor das Casas de Cultura. São 11 gestores, conselheiros, e o coordenador, os quais devem gerir a casa. Então não é um conselho consultivo, é um conselho gestor, e essa é uma grande diferença na atuação dos artistas, dos fazedores de Cultura, dos trabalhadores da Cultura no

território. Contudo, os conselhos gestores levaram 14 anos para serem reconhecidos pela Prefeitura, existiam de modo informal, ou seja, pela presença dos artistas, dos trabalhadores da Cultura nesses equipamentos, eles pressionaram pra que esses conselhos fossem instituídos e geridos de forma informal. Tanto é que, na atualidade, vem sendo negligenciado, não existe no *site* da Secretaria Municipal de Cultura quem são os conselheiros gestores das Casas de Cultura.

O conselho gestor foi regulamentado no apagar das luzes da gestão anterior, no ano passado. Claramente, eles são instrumento de participação e gestão das Casas. Além disso, é um instrumento muito útil pra evitar pequenos desvios, pequenos problemas que existem nas Casas, e isso eu estou vivendo na Casa de Cultura do Tremembé. São problemas que aparecem no dia a dia, fazemos reuniões extraordinárias e assim por diante.

Em março deste ano nas audiências públicas feitas pelo Secretário da Cultura, ele se comprometeu comigo, pessoalmente, que faria – e não com o Osmar, mas com os conselheiros – uma reunião. Depois pediu a pauta porque acho ficou com medo, ao saber e aí perguntamos pra ele: qual é o plano, quais são as metas, quais os resultados pra Casa? O que ele estava pensando.

Vou cortar um pouco, já deu o meu tempo.

Ou seja, queremos saber qual é a estratégia da Secretaria da Cultura para orientar os conselhos. Eu sou um profissional, não estou lá pra perder meu tempo, tem que ser definida a programação que vai acontecer, mas isso não está acontecendo, infelizmente. Não tem estratégia para formação de público, não tem estratégia de segmentação e assim por diante. É o que aparecer, é o que a Secretaria conseguir colocar lá.

O que vemos é um leve aumento no número de eventos na programação das Casas de Cultura, mas não tem coerência com a necessidade do público, não há estratégia para desenvolvimento do público, tenho dúvida se vão atingir a meta de 20%. O que vejo são coordenadores colocando gente pra dentro das Casas, sem a menor coerência.

Reforço que o que está sendo feito nas Casas de Cultura é jogar os poucos recursos da Cultura a esmo porque a programação definida pela SMC não vai ao encontro das necessidades do público. A falta de plano somada à proposta de privatização das Casas de Cultura, dos equipamentos da Cultura, parece que só serve pra pagar salários estratosféricos para os gestores das OS.

Ele, o Sr. Sturm, quer ser reconhecido como gestor da Cultura, mas eu, como gestor que sou, sou formado, sei que gerir equipamento de Cultura cheio de dinheiro, como foi o caso do MIS, com a Lei de Incentivo à Cultura, é qualquer coisa menos gestão. O que vem sendo feito na SMC com as Casas de Cultura é uma indigestão. Não apresentam planos, não dão respostas e tentam calar um instrumento de participação da sociedade civil, que são os conselhos das Casas de Cultura, que foram eleitos democraticamente pelos usuários, pelos moradores do entorno, conforme regulamentação feita pela gestão passada.

O que está sendo feito é um sinal claro de negligência, omissão e desrespeito à lei – à lei de instituição das Casas –, desrespeito a nós, cidadãos, e a esta Casa que elaborou essa lei.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra Maria Angélica; depois, Aroldo.

A SRA. MARIA ANGÉLICA – Boa noite. Sou da Escola de Cidadania do Butantã. O primeiro documento em repúdio à ação do coordenador dos conselheiros participativos da Cidade partiu do coletivo de conselheiros do Butantã. Eu não sou conselheira, mas acompanho de perto porque muitos deles fizeram Escola de Cidadania.

O histórico de lá nos traz o seguinte, e me cabe prestar os esclarecimentos: O *Open Government Partnership* rodou a Cidade inteira, e eu não sou do OGP, eu sou membro do fórum de gestão compartilhada, que fez a parte de acompanhamento pela sociedade civil,

representando não só os conselhos participativos, mas todo e qualquer conselho desta Cidade.

Somos cinco membros, e esses cinco membros rodaram a cidade inteira, passando pelas 32 subprefeituras. Encontrei o Jorge em alguns locais. E os princípios da OGP dizem o seguinte: em 24 de junho, começamos com a primeira audiência, em Cidade Ademar e finalizamos, em 3 de agosto, no Butantã. Durante o percurso, cabe-me dizer que o coletivo me fez um alerta. Trouxemos a demanda do conselho participativo da gestão anterior, que culminou nesta Gestão e que vai gerar todo processo pelo qual temos de batalhar pra continuar.

Então desqualificamos o PL que ele jogou, mas temos ciência, temos consciência de que a luta não é só dos conselheiros participativos, mas também das pessoas que têm interesse de que a cidade precisa ter participação social efetiva em grande quantidade porque a votação pra esses conselhos exige cobrança, exige que eles deem respostas para as pessoas que votaram neles. Então, muitos deles foram cerceados, foram ameaçados.

Então, essa visão, esse relatório, que vai para o AGP em novembro, a partir de um grupo de pesquisadores, do grupo da sociedade civil e do pessoal das relações internacionais, que é a São Paulo Aberta, e eu não sou da São Paulo Aberta, eu sou do Fórum que compõe esse programa.

Eu queria fazer esse esclarecimento só para quem me perguntou. Então, não representamos o AGP. O AGP vem de 2011 e somos a única Cidade, porém são 15 cidades na América Latina. Eu queria esclarecer isso para ficar muito claro, inclusive para conversas com os conselheiros nas regiões. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Aroldo.

O SR. AROLDO – Boa noite a todos.

Eu sou um conselheiro, não de um conselho participativo, mas de um conselho do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que foi mencionado, aqui, algumas

vezes. Em nosso conselho há uma anulação total da participação popular, uma vez que os próximos conselhos, os próximos conselheiros serão escolhidos por indicação do Secretário. E pelo novo Decreto, do dia 21 de julho, também não está garantida a paridade de gênero, que foi uma conquista prevista em lei.

Eu participei só de uma reunião de conselho, porque a ideia, aparentemente desde o princípio, era de esvaziar. O conselho foi eleito em dezembro. A primeira reunião ocorreu em maio, já desrespeitando o prazo para a primeira reunião. Nessa primeira reunião, todas as críticas que fizemos ao lançamento do Programa Biblioteca viva e algumas decisões, relacionadas às escolas da Secretaria Municipal de Educação, foram ignoradas e, na sequência, foi feito esse decreto que acabou com o conselho. E, também, de uma forma que não sabemos como acontece, porque não sabemos se haverá outro conselho, se os nossos mandatos valem ainda.

Parece-me que há uma decisão que, como foi mostrado aqui, é ridícula, mas é intencionalmente ridícula. Ou seja, criar uma situação em que ninguém sabe o que vale, o que não vale, para nada funcionar. E nós, em vez de estarmos lutando, em nosso caso, pela implementação da lei do Plano Municipal do Livro, que é uma lei que ficou sendo discutida por, pelo menos, durou dois anos na sociedade civil, foi aprovada por unanimidade da Câmara e que prevê uma série de metas relacionadas ao livro e à leitura na cidade de São Paulo, essa lei, em vez de entrar em vigor, estamos brigando para reconstituir um conselho, o que é importantíssimo. Mas não era essa a luta que estávamos querendo travar.

Enfim, eu sempre falo que o livro e a leitura são uma questão elitista, porque trata só de 93, 94% da cidade de São Paulo, que é alfabetizada, e deveria tratar dos 100%, porque deveríamos fazer com que os 100% fossem alfabetizados.

Então, eles estão mexendo em tudo e estão mexendo para criar confusão, para nos atrapalhar, e não podemos deixar. Então, participo dessa campanha, porque temos de tratar dessa organização para sabermos o que temos de fazer para revogar a Lei da Participação,

esse novo Decreto da Participação dos Conselhos. Mas temos de juntar todos os conselhos de todos os seguimentos, que envolvem todos os movimentos sociais mesmo, para garantirmos essa participação social em todos os níveis.

Obrigado e boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Aroldo.

Tem a palavra a Sra. Sandra Ramalhos.

A SRA. SANDRA RAMALHOSO – Boa noite a todos.

Eu sou conselheira eleita do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Tomo posso amanhã. E eu fiz uma conta: há 12 milhões de habitantes na cidade de São Paulo. Um quarto disso corresponde a 3 milhões. O que acontece? O IBGE diz que somos 24% de pessoas com deficiência na cidade de São Paulo, isto é, no Brasil. então, somos 24%, quase 25. Somos 3 milhões de pessoas com deficiência, na cidade de São Paulo. Vocês sabem quantas pessoas compõem o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência? Quanto que seria se fossem 30? Doze dividido por trinta? Sabem quantas são? Sete, e todos com deficiência. Todos. Seja física, seja visual, seja auditiva. Todos com deficiência. Somos em sete. Como vamos fazer os nossos direitos serem cumpridos aqui em nossa Cidade? Nunca! Não tem como! Precisamos reformular esse conselho. Precisamos fazer com que esse conselho realmente tenha capacidade, condições de se fazer ouvir.

Eu vejo vocês falarem: “Ah, mas tem a parte das mulheres, tem o pleito das mulheres, tem de ter tantos”. E das pessoas com deficiência? Estamos sendo valorizados? Temos uma Bancada de Vereadores? Existe um número mínimo de Vereadores com deficiência aqui? Existe Vereador com deficiência? Não, não existe. Será que não temos capacidade? É isso? Acho que não. Acho que temos muita capacidade. O que nos falta, que eu acho, é um diálogo, e uma acessibilidade, e aquele negócio de: a luta tem de existir. Temos de ter essa representatividade. O conselho municipal da pessoa com deficiência tem de ser reforçado, tem de ser empoderado.

Então, é isso que eu venho falar aqui. Eu vim reclamar sobre isso, e falar um pouco sobre as pessoas com deficiência. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Sandra.

Tem a palavra a Sra. Márcia Custódio.

A SRA. MÁRCIA CUSTÓDIO – Boa noite. Eu sou Márcia Custódio, Fisioterapeuta. Sou da primeira turma da USP e venho aqui, desde 2012, falar com muitos Vereadores a respeito de calçadas. As nossas calçadas, em São Paulo, não são adequadas, sob o ponto de vista da acessibilidade: nem para nós, que andamos normalmente, nem para os jovens, que são os que mais tropeçam nas calçadas.

Moro em Pinheiros. Sou conselheira participativa por causa da Secretária do Police: “Olha, a senhora está falando tudo isso, vá ser conselheira participativa”. Eu sou e luto pelas calçadas.

Gostaria de todos os bairros tivessem a nossa Educação, as nossas calçadas, nossas ruas.

Eu estou ouvindo falar no número de representantes. Também acho que somos importantes, mas não adianta sermos cinco, 10 mil, 15 mil se a própria maneira de eleger, ou a própria reforma eleitoral não for feita no Brasil.

Eu morei em Berlim em 1970. Quando eu voltei, eu falava para um cliente Médico, que trabalhava junto com o Montoro: “Por que na Alemanha é assim e no Brasil é assado?” Porque na Alemanha têm projetos a longo prazo. Uma vez, ele me falou: “Tudo o que você está me falando, você vai falar em uma reunião que o Montoro está fazendo, no Jardim Europa”. E eu fui lá. O que ele fazia? Foram umas 200 pessoas da Saúde. Ele fazia um trabalho transversal, e era justamente isso o que eu estava fazendo com a calçada, porque o pessoal do Conselho Participativo Pinheiros não queria que eu fosse falar de calçadas lá. Eles queriam tratar dos sem-teto, porque lá também tem; do Carnaval. Calças não. Eu falei: “É aqui o tema das calçadas. Por quê? Porque calçada traz mobilidade, traz a nossa biomecânica, traz

a sociabilidade, segurança, traz o turismo para a Cidade, traz “n” coisas. Calçada é o cartão postal da Cidade. Se todos os organizadores públicos, os nossos candidatos, cuidassem das calçadas, estariam cuidando dos rios e etc.

E, há oito anos,... Olha, todos que falaram do Doria, deveriam escutar isso, porque o Doria está aqui há um ano. Eu acho que ele está pensando em se candidatar há quantos anos? Há três, quatro anos? Não sei. Eu não sei.

Mas há oito, dez anos, eu tenho um amigo de 78 anos e que foi Procurador. Ele trabalhou na Educação e na Justiça. E ele me falava: “Márcia, aqui nós temos ótimos Economistas e o que acontece? Quando um candidato de um partido entra, ele tira os técnicos de segundo escalão e traz os amigos do partido, porque ele deve favores”. Então, por isso que eu comecei a falar que é essencial que haja uma campanha entre nós sobre qual é a melhor maneira de votar. É o voto distrital misto? Qual é? Eu também não sei.

Então, enquanto não mudarem a cabeça... Então, eu vou voltar a falar na Alemanha, que tem um bom técnico no futebol, por isso que eles ganharam de sete a zero. Na Alemanha, qualquer funcionário público, seja na Saúde, na política, seja um faxineiro, seja um jornalista, ele tem de fazer um curso de dois, três anos de Gestão Pública, para atender bem o público. No HC fizeram um estudo, há uns sete anos, a questão não eram os médicos, mas, sim, os atendentes de balcão, que pior trabalhavam com o público.

Então, eu acho que se os nossos políticos e todos nós fizermos um bom curso de Gestão Pública, de como usar o nosso dinheiro, vai dar para tudo. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, dona Márcia.

Tem a palavra a Sra. Zefa.

A SRA. ZEFA - Boa noite. Boa noite Jorge, Donato. Queria dizer para vocês que eu sou conselheira do M'Boi Mirim. É meu segundo mandato. Eu nunca vi o que eu estou vendo no M'Boi Mirim. A falta de respeito, sinceramente, é gestor? É uma gestão. Por que esse homem faz com os Conselheiros do M'Boi Mirim eu nunca vi na minha vida. Quando fala que

não tem Conselheiro no M'Boi Mirim porque não tem respeito com os conselheiros. A gente já vai servir porque nós fomos votados pelo povo. Eu fui votada pelo povo e respeito o povo. Tenho muita cobrança, mas quando a gente não é respeitado por uma gestão que está lá com a gente, a gente não tem vontade de sair de casa. Essa é a verdade. Nos conselhos passados quando chegava o dia, eu tinha alegria de ir lá porque a gente tinha resposta do que veríamos, o que estávamos fazendo, vigiando obras, fiscalizando. Hoje não temos nada disso, só temos rato entrando nas nossas casas. Não limpa mais nada, não faz mais nada. Não tem respeito pelos idosos, por nada.

Começa pela saúde. Desmonta a Saúde, desmonta as farmácias, desmonta tudo que o idoso tem o direito. Sou idosa com 74 anos, fiz no dia 2 de Agosto. Nasci em 43.

Então, quero dizer para vocês, o desmonte que está na saúde, no lanchinho da criança que não pode comer mais na escola. Não pode repetir. Tiraram o leite. Agora, criança na escola não pode repetir mais. Tem três creches na minha comunidade. Se não fosse uma pessoa que dissesse que na minha creche não vai negar comida porque é uma ONG que faz aquilo lá e eu participo daquela creche para hoje eu ver o desmonte que está lá nas escolas, tirar o bilhete do estudante que vai fazer o curso lá.

Ficamos pensando na vida da gente. O que será dos meus bisnetos? Tenho 16 bisnetos. A minha mãe está com 99. É vergonhoso o que o Doria está fazendo. É vergonhoso o que ele está fazendo com idoso, com a juventude, com a criança, com a saúde.

Eu não fui a Comissão. Foi no Campo Limpo. Tinham quatro pessoas do M'Boi Mirim, fiquei sabendo. Uma conselheira está sentada ali. Eu não fui porque não gosto de ver mentira. Eu vou lá desmascarar ele. Você lembra a campanha que vocês diziam que ia fazer. Fernando Haddad fez muito por São Paulo, principalmente, M'Boi Mirim. Eles estão uma tartaruga para terminar aquelas obras, um pedacinho de ciclovia que nunca acaba. Chega de vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dona Zefa.

- Manifestações no recinto.

A SRA. ZEFA – Deixe-me dizer outra coisa também: eu sou conselheira e fiz curso.

Aqui ninguém venha dizer que não fez curso para ser conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Dona Zefa.

Tem a palavra a Sra. Deise.

A SRA. DEISE – Boa noite. Eu vou ser bem rápida por conta do adiantado da hora.

Eu fui uma pessoa privilegiada no ano passado, porque fui indicada para indicar o CPOP. Tinha muitos conselheiros que participaram na caminhada, porque o CPOP nada mais é do que a construção coletiva entre a sociedade e o Poder Público. Toda a metodologia, todas as conquistas que tivemos foram coletivas. Não vou dizer que não tivemos limitações, e daí a importância de fazermos uma autocrítica também.

Agora está acontecendo uma coisa que tenho observado: o sentimento de indignação. É por meio desse sentimento que temos que nos transformar para aumentar a nossa capacidade de mobilização para fazer o que o Xixo já está indicando, e o próprio Pontual observou muito bem também.

O campo dos conselheiros participativos é amplo, pois abrange todos os setores da sociedade paulistana. Logo que assumiu este governo autoritário, fiquei observando a atuação dos conselheiros: alguns estavam ainda com esperança de que nada iria mudar ou iria mudar pouco. Em novembro do ano passado, logo após a eleição, mais de 200 de nós conselheiros participativos nos reunimos e fizemos uma avaliação política e, ao contrário do esperado, mudou tudo. Nesses momentos, portanto, é que temos que fazer uma mobilização.

Na terça-feira desta semana, nesta Casa, tivemos a iniciativa de chamar uma reunião com os conselheiros, com a participação da Josefa e de nove subprefeituras presentes – só faltou a de Vila Maria, apesar de estar bem representativa, com aproximadamente 26 conselheiros. Nessa reunião, ficou decidido de nos reunirmos uma vez por mês, mas sempre

na perspectiva de fazer ações políticas e massivas para podermos, realmente, tentar revogar esse decreto e mudar este cenário autoritário atual na nossa cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Deise.

Tem a palavra o Raimundo.

O SR. RAIMUNDO CAETANO – Boa noite a todos e a todos e ao pessoal da Mesa.

Sou de São Mateus e participo do movimento de saúde da União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo e agora da CMP – Central de Movimentos Populares.

Fui contemplado com a fala do Pontual no sentido de proposta; achei muito interessante o encaminhamento que ele deu. Mas quero também comentar algumas coisas. Acho que os Conselhos são muito importantes, mas se não estiverem organizado, não tiverem discutido as ideias que nós vamos cobrar dos gerenciadores da Cidade ou dos políticos, se a população não conseguir enxergar que nós estamos fazendo isso, a gente não andará muito.

Então, eu acho que a gente tem que ter o Conselho e temos que começar a discutir com a sociedade. Se a gente não fizer isso, não se organizar como sociedade civil, em cada movimento, a gente vai ser sempre desrespeitado. Assim, do meu ponto de vista, é necessário que a gente faça isso.

Outra coisa, em relação à fala do Pedro Pontual. Cada um de nós que vem aqui participar tem um sonho, e penso que todos sonham com uma Cidade melhor. Para avançarmos e concretizarmos a proposta que o Pedro fez, precisamos construir alguns pontos comuns, porque aqui há vários pontos divergentes. Um ponto comum é que queremos participar. O segundo ponto que discutimos é: participar para quê? Queremos uma Cidade bonita, com menos excluídos? A luta é para que a Cidade seja boa e que não haja mais pessoas de rua, mais favelas, mais falta de atendimento? Se é isso, temos que construir os pontos comuns. Se não construirmos isso, a gente termina... Para isso, esta Comissão deveria

começar a procurar todos os Conselhos para construir essa ideia. Mas que não seja só para garantir isso, mas para empreendermos uma luta além da nossa existência.

Um terceiro ponto. Todo gestão público ou Prefeito faz alguma coisa. Aqui em São Paulo, o Prefeito estará com uns 50 e poucos bilhões, quase 60 bilhões. É dinheiro para caramba. Ele não vai por no bolso, mas fazer. Agora, vai fazer para quem? Essa é a questão que está colocada. Todos os prefeitos fazem, e estamos aqui justamente porque o Doria fez isso, de acabar com os Conselhos, de modificar. Nossa luta é para dizermos onde tem que fazer e para quem tem que ser feito. Todos os prefeitos fazem, todos os governadores fazem, todos os Presidentes fazem; agora: para quem? Para quem cobra, para quem é do grupo, para quem tem força.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Raimundo. Rapidamente, vou pedir uma curtíssima fala de encerramento de cada palestrante para que possamos fechar a reunião. Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ SCARDUA – Só quero alertar uma coisa: a gente às vezes fica triste, às vezes a gente fica... É Dona Josefa o nome da senhora? (Pausa) Dona Josefa, a gente fica sentido com a falta de respeito, mas a ideologia desse governo e de tudo o que o Pedro falou aqui não é do respeito, da participação, do diálogo e da solidariedade; não é essa. Então, não devemos ficar nesse sentimento ruim e nos paralisar. A gente tem o direito de ficar chateada, de às vezes sentir por desmontarem tudo o que fizemos, apesar de termos construído muito; mas não devemos deixar que isso nos paralise porque precisamos ocupar as ruas.

Disse no início que vocês paulistanos são 12 milhões de habitantes, sendo que meu Estado tem quase 4 milhões de habitantes e 74 municípios. Se a gente conseguir ocupar as ruas, faremos um barulho grande e conseguiremos demover vários projetos ruins e vários direitos que perdemos, e conseguiremos avançar de novo, ganhar mais direitos e reconquistar

outros.

Vamos à luta. Confio e acredito na participação popular. Confio e acredito em vocês. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Jorge, da Rede Nossa São Paulo.

O SR. JORGE ABRAHÃO – Quero iniciar agradecendo ao Américo Sampaio, que trabalha na Rede. Américo, muito obrigado por toda a tua participação. (Palmas) Ouvir tudo o que foi colocado aqui foi um presente, na verdade. Eu acho que é uma riqueza, porque a gente vai percebendo a qualidade da participação dos senhores, a importância de a gente estar... Os senhores são estimuladores da transformação. Então, mesmo neste momento difícil que a gente vive, no País, e que a gente começa a viver na cidade de São Paulo, eu acho que, nesse tipo de reunião, eu saio daqui com muito mais esperança que quando eu cheguei, porque eu vejo que não vai ser fácil a retomada, mas nós temos aqui caminho, nós temos uma discussão superqualificada e nós temos sobretudo pessoas que estão envolvidas de coração nas causas de transformação da Cidade. Então, só queria dizer que eu saio daqui muito melhor do que eu entrei.

Obrigado aos senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Maurício “Xixo”.

O SR. MAURÍCIO “XIXO” – Eu só queria lembrar e observar duas questões. Uma delas é que não é à toa que tanto, a nível federal e a nível municipal, a gente está assistindo a um ataque a duas coisas que são fundamentais. Uma delas é a cultura, e a outra é a participação. Por que estão tentando destruir a cultura? Porque a cultura promove o nosso imaginário, e o imaginário traz a transformação. E quem não quer transformar nada, então destrói a cultura, para destruir esse imaginário.

Na participação, houve uma fala aqui muito interessante. Talvez, Sr. Jorge, o decreto seja ridículo, seja propositadamente ridículo, para criar confusão mesmo e, na verdade, desmotivar as pessoas a participar, porque a falta de respeito, como disse uma senhora do

M'Boi Mirim, é ninguém sair de casa. A campanha que há hoje é para que a pessoa viva a sua vida e se esqueça do coletivo, pensando só no seu umbigo. Essa é a campanha que está sendo feita no Brasil e no mundo, de certa forma.

Para terminar, quando a gente chegou hoje aqui, a gente foi tratado como visitante. Esse papelzinho aqui diz que eu sou visitante nesta Casa. Isso é uma vergonha. Eu não sou visitante porcaria nenhuma. Eu sou cidadão e todos somos cidadãos. Isso é simbólico do que está sendo proposto.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Tem a palavra o Sr. Jorge Kayano.

O SR. JORGE KAYANO – Eu queria só aproveitar o meu tempinho para completar um raciocínio, que eu venho levantando essa questão. Nós sabemos que o conselho participativo municipal foi criado por lei, em dois artigos de uma lei que criou várias instâncias e órgãos da Prefeitura, inclusive a Secretaria de Política de Mulheres, mas nós precisamos começar a retomar o tema dos conselhos de representantes. Por que eu falo isso? Porque o conselho de representantes é o órgão que está previsto na Lei Orgânica, e ele tem atribuições muito claras, e uma das principais é exatamente essa, que vem sendo questionada, que não está sendo respeitada nos conselhos. É haver participação direta na formulação de propostas para o orçamento da Cidade, e o Subprefeito tem que passar pelo conselho. Então, isso é que dá a força do conselho participativo, do conselho de representantes. Então, todo mundo aqui sabe isso. O Vereador Antonio Donato encabeçou uma frente pela retomada do conselho de representantes e esse processo está lá no Supremo, mas ele só precisa ser devolvido para cá. Porque, felizmente, nós tivemos uma reposição e reconsideração, por parte do Ministro Marco Aurélio Ribeiro, que antes tinha negado provimento para a demanda, movido pela Câmara, para que aquela lei que criou o conselho dos representantes não fosse considerada inconstitucional, contra a Constituição, em cima de um argumento espúrio.

Mas isso já está resolvido, o Ministro já reconsiderou, só está esperando que seja

aprovado pela turma dele. Isso é um procedimento, digamos, praticamente formal, mas que não anda lá, porque o Supremo está entupido com um monte de outras coisas.

Esse processo, devolvido para São Paulo, nos habilitaria a incluir, de vez, dentro do próprio PL 393, dentro do sistema de participação do Município, como um instrumento legítimo que está previsto na Constituição Municipal, que é a Lei Orgânica e que, portanto, tem que ser retomada com força.

Eu acho que a gente tem que começar a apontar cada vez mais para esse caminho. Fica aqui o convite para a gente não deixar de lado esse tema, defendendo a nossa Lei Orgânica, como se diz, a nossa Constituição Municipal, que eu acho que estamos deixando passar muita coisa e está na hora de retomar isso com força.

Obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Quero agradecer aos nossos expositores. Agradeço a presença de todos.

Nós temos a iniciativa do Vereador Suplicy da Frente Parlamentar de Defesa da Participação Social, temos que trabalhar a questão da revogação do Decreto, tem um instrumento da Casa que é um PDL, projeto de decreto legislativo, que cancela um Decreto.

Mas como foi dito aqui, se não existir mobilização é muito difícil que consigamos nem colocar na pauta, como a história do plebiscito. É muito importante que articulemos a mobilização, não só dos conselheiros participativos, mas têm uma série de conselhos.

Como é uma diretriz de concepção de gestão pública, de um jeito ou de outro, todos os conselhos serão afetados, mais cedo ou mais tarde. Porque é um jeito de pensar. Então nós precisamos tomar medidas de mobilização, acho que a Rede Nossa São Paulo tem um papel importante nisso e a gente vai apoiar da maneira que puder para que possamos organizar essa mobilização. Nós temos um instrumento aqui.

No caso, por exemplo, do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, é surreal. O Secretário fez uma primeira reunião, não gostou da reunião e dissolveu o

conselho. Decidiu que vai ser indicado por ele.

A lei, como foi dito aqui, teve dois anos de discussão e foi feita a dezenas, centenas de mãos. Nos esquecemos de colocar na lei, porque era tão óbvio, quando falamos que o conselho deveria ter maioria de representação da sociedade civil, nós não pusemos, porque era óbvio, que a sociedade civil teria de ser escolhida por eleição.

Ele se apoiou que não existia isso explicitamente para, simplesmente, dizer que ele vai indicar o representante da sociedade civil. Vão ser os amigos dele, então, qual que é a representação?

Estamos nessa situação, que uma concepção de gestão, de como lidar com a coisa pública e como lidar com as demandas da população ameaça, todos os conselhos.

Então só resta um caminho que é a organização e a luta e nós estamos aqui para, junto com vocês, batalhar por isso. Está bom?

Obrigado a todos. Boa noite. Bom fim de semana. (Palmas)